

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº SESSÃO ESPECIAL

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL SOBRE A
REFORMA DA LEGISLAÇÃO DO
ICMS E OS INTERESSES DO PARANÁ
REALIZADA EM
23 DE ABRIL DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Caíto Quintana e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO ESPECIAL.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus declaramos aberta a Sessão Especial sobre a reforma da Legislação do ICMS e os interesses do Paraná.

Vamos anunciar a composição da Mesa: deputado Gustavo Fruet, secretário Miguel Salomão, doutor José Carlos Gomes de Carvalho, presidente da Federação das Indústrias do Paraná, doutor Ardison Ackel, presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná, deputado Caíto Quintana, primeiro secretário, deputado Antônio Anibelli, segundo secretário.

Senhoras e senhores deputados, autoridades presentes, senhoras e senhores.

Tenho a honra de dar início a esta Sessão Especial, cujo tema é a “Reforma da Legislação do ICMS e os interesses do Paraná”, com a presença de personalidades

e convidados ilustres que atenderam nosso convite para um debate da maior importância para nosso Estado.

Agradeço em especial, ao ilustre deputado federal Gustavo Fruet, autor da proposta de emenda Constitucional que visa mudar a forma de cobrança do ICMS da energia em favor dos Estados produtores, entre eles o Paraná, e ao professor Miguel Salomão, secretário estadual do Planejamento e Coordenação Geral, bem como nosso companheiro, doutor José Carlos Gomes de Carvalho, que foi autor da emenda Constitucional sobre os “royalties”, por terem aceito o convite para exposição do tema aos senhores deputados e participantes desta sessão.

(Lê):

“É por isso que oferecemos esta Casa para que num esforço coletivo do governo, dos parlamentares, da sociedade, levantamos nossa voz em apoio à proposta do deputado federal Gustavo Fruet, a fim de que seja revista a discriminação gritante de que o Paraná é objeto desde a vigência da Constitucional Federal de 88 - que em seu art. 155, inciso X, alínea “b”, prejudica os Estados produtores de energia, petróleo e derivados, ao inverter o princípio geral de tributação pelo ICMS no Estado de origem do bem ou serviço, fazendo esse imposto recair, tão só para esses produtos, na operação realizada no Estado de destino.

É bom lembrar que, à época em que foi editado o texto constitucional, o Paraná encontrava-se fragilizado por circunstâncias diversas, o que acarretou essa inversão de valores que enfraquece o princípio federativo e compromete a legitimidade da ordem constitucional com efeito ao longo dos quase 13 anos de vigência da Constituição de 1988, tal-distorção a tributação do ICMS, da energia no local de consumo - acumulou perdas financeiras da ordem de aproximadamente 15 bilhões de reais; dos quais cerca de 800 milhões neste ano fiscal.

Por essa razão, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, convocou este debate contando com o apoio de lideranças e entidades, entre as quais membros do Movimento pró-Paraná, por ser esta uma luta suprapartidária, de defesa paranista que interessa a todos e da qual não podemos nos demitir como responsabilidade perante as gerações atuais e vindouras.

Que os debates e conclusões desta tarde nos tragam novas luzes sobre o problema gerando contribuições que possam ser recolhidas pelo deputado autor da Proposição e demais membros da bancada federal, além de revigorarem nossa luta pela correção dessa injustiça que, não havendo outro meio, esperamos ver solucionada com a anunciada reforma geral do sistema tributário nacional.

Sejam bem-vindos!

Inicialmente, passaremos a palavra ao deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET

Senhor presidente, senhoras e senhores parlamentares, é uma honra e um privilégio poder participar dessa sessão especialmente convocada, para discutir um tema da maior importância ao Estado do Paraná.

E sem querer quebrar o protocolo, prezado presidente Hermas Brandão, gostaria de dedicar esse debate a uma das figuras que seguramente, seria bom que aqui estivesse, pelo absoluto compromisso a favor das causas paranistas, da sua infra-estrutura, que é o secretário Deny Schwartz, que teve a tragédia do falecimento da sua filha, uma veterinária da maior competência, que ocorreu no último final de semana.

Gostaria também, de dedicar a ele e, por extensão, a todos os paranistas, que defendem um crescimento sustentável do nosso Estado. Agradeço a oportunidade de participar desse encontro; confesso o constrangimento de estar diante desta platéia e da composição desta Mesa, pessoas com a maior autoridade intelectual, para promover, provocar esse debate. Mas, buscando uma objetividade na análise do tema, vou procurar concentrá-lo, como estratégia desta minha intervenção, com dados de ordem técnica e com alguns cenários de estratégia política, com relação ao que acontece no Paraná nesse momento, não só sob aspecto conjuntural, mas também estrutural.

E, de imediato, parece-me que o Paraná, está carente hoje, de grandes projetos, de grandes causas. Isto é grave no momento em que o Brasil passa por um dos períodos de maior dificuldade, particularmente sob aspecto ético, que gera uma descrença enorme na atividade pública, e faz com que aqueles que têm representação popular, tenham a capacidade de superar essa descrença, esse descrédito, e consigam, diante desse momento que passa o País uma agenda positiva a favor das causas públicas.

Da mesma forma entendo e vou procurar estabelecer isso no debate, até como observação crítica, mas sempre evidentemente, com muito respeito, entendendo as diferenças e sabendo que todo colegiado, principalmente o colegiado parlamentar, representa as diferenças ideológicas próprias do Estado. Mas, é necessário uma ação agressiva, determinada, junto ao governo do Estado, ao governo federal, e principalmente com uma ação em Brasília.

E trago aqui o testemunho da ação do então senador Gomes Carvalho, que foi o relator e o responsável pela implementação, regulamentação e legislação complementar que estabeleceu os royalties, inclusive em benefício ao Paraná que seguramente, poderá contar, da necessidade de pegar no braço e levar adiante essas propostas.

O tema, ao mesmo tempo que é simples, tem um lado complexo. É simples porque estamos tratando especificamente da renovação de um dispositivo da Constituição Federal, que é o artigo 155, inciso 10, letra "B", que é o dispositivo que estabelece, um casuísmo com as

excessões, sobre a incidência do ICMS a ser cobrado pelos Estados.

É bom destacar que o ICMS é o grande tributo deste País, o que proporciona maior arrecadação, algo próximo de 70 bilhões de reais, e após a Constituição, tivemos uma verdadeira alteração na legislação infraconstitucional, - o que gera ainda hoje -, é necessário também enfrentar isso, um verdadeiro conflito de legislações, na interpretação.

A destacar nesse momento, que no Brasil nós temos um verdadeiro casuísmo na legislação, em matéria constitucional, gerando regulamentos excessos e uma dificuldade de se ter estabilidade sobre o aspecto legislativo, e até judicial.

Para se poder trabalhar com demandas futuras, na verdade nós vivemos de susto, de crise em crise, provocando soluções momentâneas, mas que na verdade só acentuam as desigualdades no País. É bom lembrar também que a Constituição, ao estabelecer o ICMS, ao atribuir a competência aos Estados, adotou como conceito a cobrança do ICMS na origem, ou seja, no local de origem do produto ou do serviço.

E no caso específico da energia elétrica e dos derivados de petróleo, isso não se aplica; se cria uma exceção. Na verdade, se criaram quatro excessões na Constituição: a não incidência do ICMS sobre o ouro, que tem uma outra legislação inclusive consideração como ativo financeiro; a não incidência do ICMS, sobre os produtos industrializados para exportação, que gerou inclusive uma legislação casuística de compensação aos Estados que deixaram de arrecadar; e, a não incidência e a não aplicação deste conceito no petróleo, seus derivados e na energia elétrica. É bom destacar, que no caso do Paraná, o maior peso neste processo é a energia elétrica, que representa quase 80% do potencial de crescimento na arrecadação, ficando em torno de 20% para o petróleo e seus derivados.

Além dessa exceção não seguir a regra geral, não se estabeleceu também a política de compensação regional.

Muitos poderiam dizer que isso decorre de uma política nacional de incentivo ao crescimento de regiões menos desenvolvidas. Mas isso também não foi tratado neste tema, muito menos com aplicação de alíquotas diferenciadas, que sigam uma certa lógica, na sua aplicação. E a exceção se aprofunda quando se verifica que outros minerais acabaram ou não, se enquadrando nessa exceção, particularmente o caso do carvão que acabou beneficiando o Estado na arrecadação, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que essa realidade inverteu-se após 12 anos da Constituição, e o álcool que também acaba gerando ICMS para os Estado produtores.

Portanto, o Paraná tem uma dupla perda neste episódio. Não só com a não arrecadação do tributo ICMS, sobre a energia, o petróleo e seus derivados, que são vendidos para outros Estados da Federação, como

também no retorno. Porque os Estados que compram essas energias; vendem ao seu consumidor final residencial, industrial e comercial; este consumidor final paga o ICMS para esse estado do destino, e coloca como insumo, como valor final no custo da sua mercadoria, o ICMS que fica no destino. E o Paraná, enquanto consumidor desse produto final, industrializado, acaba sendo novamente penalizado, e aqui não me atrevo, porque é área do secretário Miguel Salomão, na famosa discussão da substituição tributária e nos créditos com relação ao ICMS.

Para dar um dado mais preciso, o último dado disponível, de 99, o Paraná deixou de arrecadar com o ICMS, quinhentos e oitenta milhões de reais, sendo que a maior parte deveria ser proveniente de Furnas, que é quem acaba sendo a maior exportadora de energia do Paraná. E depois vem outras grandes empresas, como Itaipu e a Copel, com valor menor.

Porém, o tema tem muitas variáveis, muitas vertentes. Não quero perder a objetividade. Mas, é basicamente, tocar nos seguintes pontos: a reforma tributária, e essa questão do verdadeiro casuísmo no Brasil, a guerra fiscal, o pacto federativo, as novas matrizes energéticas, e também uma questão referente à privatização.

Para comprovar o casuísmo no Brasil, nós vivemos com esta instabilidade com relação ao ordenamento, e por consequência, na sua interpretação.

Prova disso, que na última quarta-feira, o secretário do Tesouro Nacional, em depoimento na Câmara dos Deputados, afirmou que a dívida federal interna de quase setenta bilhões de reais, passou nos últimos seis anos, para quinhentos e trinta e seis bilhões e quinhentos milhões de reais.

É uma dívida acentuada. Há quem critique o governo, pelo comprometimento com o sistema financeiro, mas também a determinação de enfrentar o processo de endividamento contínuo nesse país.

Mas, para fazer frente a essa dívida - é aqui que quero mostrar o casuísmo e as injustiças regionais, o tratamento político, inclusive com o Paraná - o Tesouro lançou títulos para cobrir parte desta dívida: 9,9 bilhões de reais para as dívidas das empresas de construção naval, altamente subsidiadas no País.

Onze bilhões e novecentos milhões, dívidas provenientes do INSS.

Cinco bilhões e trezentos milhões, de incentivo à exportação.

No caso da "Lei Kandir", este valor chega a 17 bilhões e 700 milhões de reais, principalmente para os grandes Estados exportadores, como é o caso do Estado de São Paulo.

o Fundo de Compensação da Variação Salarial, que é um passivo enorme, da dívida do setor habitacional de 12 bilhões de reais, dívidas do Banco do Brasil, de quase 22 bilhões de reais. Refinanciamento de Estados e municípios, 262 bilhões de reais. A dívida mobiliária federal em consequência até desses dados e até em razão da

desvalorização cambial, subiu em mais 88 bilhões de reais.

Então, na verdade, isso é prova de que não há uma lógica e uma coerência com relação à implantação da carga fiscal e da administração desse passivo fiscal em nosso País.

Com relação à guerra fiscal, é um problema sério, contraditório, que diz respeito também à autonomia dos Estados e sua competência, só que além de termos que enfrentar esta distorção para o futuro, temos os compromissos passados e na verdade vamos ter um período muito grande de transição e quando se fala no ICMS como tributo de maior arrecadação no País, seguramente este é um tema que vai provocar muitas discussões com os Estados.

Mas há uma questão maior que é o pacto federativo. Neste ponto parece não haver reação por parte da União com uma alteração nesse dispositivo constitucional. Por que isto?

Quando se vai verificar a implantação desse dispositivo na Constituição, a grande pergunta é: afinal de contas, quem propôs esta emenda? Quem foi o autor desse texto? E por que ele está até hoje na Constituição e não foi alterado? Há certos temas no Brasil que hibernam, há certos temas que vão se acomodando, vão se consolidando e por vezes até as autoridades relacionadas ao setor entendem que aquilo é um fato consumado e não pode ser objeto de alteração e este parece ser um dispositivo.

Na verdade não é um tema novo, não é uma preocupação recente e aqui, presidente - havia conversado com o presidente também - quero destacar a atuação do deputado Luiz Carlos Hauly na revisão constitucional com relação a estas desigualdades, mas há certos temas que vão se consolidando, se cristalizando. E o grande argumento que os técnicos apontam, principalmente a Consultoria da Câmara dos Deputados, que acompanhou o processo de elaboração da Constituinte, é de que durante muitos anos o governo federal investiu vultosos recursos de todo o País, evidentemente, para a construção de infra-estrutura, em especial de refinarias e de usinas hidrelétricas. E partiu-se do pressuposto que como o governo já havia investido muito recurso, e portanto incentivado, incrementado o desenvolvimento econômico de determinadas regiões, enfim, provocado uma propagação desses investimentos em determinadas regiões, não seria justo que esse investimento, que foi feito com recursos de todo o país, acabasse ficando concentrado com uma tributação exclusiva para os Estados. A realidade era outra. Na década de 80 e durante muitos anos nós tivemos um imposto único, inclusive uma série desses dispositivos. Porém, hoje nós temos uma outra realidade. Esses gastos foram amortizados - na verdade muitos investimentos foram feitos dentro de uma visão geopolítica do governo federal e acabou não sendo o caso do Paraná. Estão aí outros Estados com um número muito maior de refinarias e de universidades públicas como exemplo, mas o fato de se implantar usina hidrelétrica no Paraná não foi uma

mera opção da União - na verdade o Paraná tem uma bênção de ter esse privilégio da natureza, de ter esse potencial de geração de energia.

Portanto, é uma característica própria do Estado do Paraná que o diferencia em relação a outros Estados da Federação. Portanto, não se justifica mais isto, e é bom lembrar que durante muitos anos, governos estaduais e o caso do Paraná também, investiram recursos vultosos, não só na ampliação da capacidade de geração, como também na construção de novas unidades de geração de energia hidrelétrica.

A título exemplificativo, numa projeção, e aqui são dados inclusive de técnicos economistas da Secretaria de Fazenda do Paraná e quero destacar, doutor Miguel Salomão, o reconhecimento da Consultoria da Câmara em relação ao trabalho desde a Constituinte que os técnicos da Secretaria apresentam, particularmente da economista Gedalva Barato (?), há uma série de hipóteses com relação à geração de energia e com relação ao incremento na arrecadação de ICMS.

Eu não vou entrar em detalhes nesta fase, mas os pontos principais dizem respeito, primeiro, à inclusão ou não da geração programada pelo plano decendial de energia elétrica e aqui a possibilidade de aumento-incremento na geração de energia em usinas já instaladas ou de potencial de construção de novas unidades, inclusive termelétricas, a utilização da energia elétrica paraguaia fornecida ao Brasil, considerando que o tributo sobre esta energia é apropriada pelo Estado-destino e considerando que isto não é considerado uma importação, mas é considerado uma cessão de uso num tratado internacional.

Outra hipótese - a energia excedente produzida no Paraná e a energia exportada principalmente por Furnas e Itaipu, dados também referentes à instalação de novas unidades, que não era a realidade da Constituição de 88, como início de operação das Usinas de Xingó e Itá, como exemplificação. O cálculo das operações interestaduais a partir do excedente exportado dos Estados que é, no caso da produção superior ao consumo de energia, e recentemente vi inclusive um trabalho do secretário Miguel Salomão com relação à possibilidade do aumento do Parque Industrial e conseqüente absorção da produção dessa energia totalmente integralizada aqui no Estado do Paraná. E os resultados de combustíveis e lubrificantes considero uma recuperação de receita do mercado interno de cada Estado.

Está aqui hoje, quero registrar também, porque acabou dando uma aula com relação à prática positiva e abusiva de evasão fiscal com relação ao petróleo e seus derivados, que é o presidente do Cetcepar, doutor Rui Chichela, em que isto representa uma perda estimada no Brasil, por ano, de quase um bilhão de dólares, tanto é que há uma série de projetos e emendas à Constituição no Congresso, tirando dessa exceção, desse casuísmo, especificamente os combustíveis e lubrificantes, que acabam passeando com notas frias por vários Estados. O Paraná acaba sendo um grande prejudicado por isso, deu mar-

gem ao surgimento exagerado, inclusive de distribuidoras de combustível, que gerou inclusive uma comissão especial também na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, gera discussões fiscais, guerras fiscais, e gera inclusive um desafio à capacidade legislativa. Até há uma discussão de uma legislação complementar inclusive do Estado que estabelece como fato gerador, o que está gerando uma discussão de constitucionalidade, a entrada desse combustível no Estado do Paraná. Nessas hipóteses muitos Estados podem ser beneficiários dessa mudança constitucional, e aqui cito os Estados que mais ganhariam numa hipótese de aumento para uma estratégia política incorporar novos Estados nessa discussão, seriam os Estados do Paraná, Rio de Janeiro, pela produção petrolífera, Rio Grande do Norte, Bahia, Pará, Sergipe; Estados que também ganhariam mudando a realidade da Constituinte de 88, Amazonas, Rio Grande do Sul, São Paulo, que na verdade foi o Estado, na época o deputado José Serra, que apresentou uma grande reação, e com um detalhe, levantando o histórico da Constituinte não se verificam projeções confiáveis com relação em ganhos e perdas desses Estados, e o Estado do Piauí; e Estados que perderiam pouco, mas que podem tornar-se aliados, os Estados de Pernambuco, Minas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins e Ceará, com um detalhe, esses Estados dentro dos planos, e aí com uma análise do plano plurianual do Governo Federal, podem também ser superavitários com a implantação de novas unidades de geração de energia. E os demais Estados que poderiam perder pela impossibilidade de terem esse potencial de gerador de energia, podem se compensados através de diferenciação de alíquotas, através de políticas regionais de incentivo.

Um outro tema que também gostaria nesta fase, de provocar uma discussão, uma reflexão, diz respeito à matriz energética, porque se mantida a atual situação, e a grande pergunta é a seguinte: qual a vantagem para o Paraná permitir a instalação de novas usinas hidrelétricas, qual a vantagem para o Paraná permitir a instalação de novas refinarias, isso pode agregar valor à economia? Pode. Porém, a outra realidade hoje também proporciona novas preocupações, e uma delas diz respeito à questão ambiental, boa parte desse processo de geração de energia tem um potencial polidor muito acentuado, particularmente as termelétricas, e não seria benefício nenhum para o Estado implantar essas unidades, principalmente que é o caso do Paraná quando tem um excedente na sua produção de energia. Se fosse para produzir termelétricas para o Estado utilizar essa energia para geração do seu parque industrial, muito bem, isso propagaria um efeito positivo para a economia do Estado, porém, implantar um gás gerador de energia para exportá-la, e o Paraná não ter nenhum retorno por isso, acaba acentuando esta injustiça.

Novas fontes estão sendo estabelecidas. É a questão do gás, do petróleo, estamos agora com a utilização inclusive do gás natural, já em Curitiba, a possibil-

idade de hidrelétricas, as projeções de construção de novas unidades, mas dentro do conceito de energia sustentável, disponibilidade de recursos naturais, impacto ambiental, estrutura de preços relativos, e aqui com especial destaque a questão da competitividade no custo da energia produzida, no custo da energia que é vendida pela diferenciação de preços, como inclusive já foi objeto de publicação, e a variação de preços, a nível de atividade global.

Faço a observação porque um dos temas, hoje, correntes no Brasil, diante da desvalorização cambial, é o impacto negativo nas contas do Tesouro Nacional. Hoje, praticamente 26% do Bovespa refere-se à movimentação do mercado acionário, vinculado ao setor energético. Isso significa que o setor energético tem um potencial de crescimento e de influência, na economia do País, excepcional, 1/4 de toda a movimentação do Bovespa.

O Brasil ainda depende da importação de derivados do petróleo e de subprodutos do exterior. Porém, em razão do processo de desvalorização cambial, quando o Brasil importa acaba gerando um desequilíbrio econômico-financeiro.

Vou ler a definição disso - o Brasil estabeleceu uma conta para compensar os efeitos da variação cambial, sobre o preço do gás natural, transitando pela contabilidade da Petrobrás. Não só o gás natural, como demais derivados do petróleo, que geram um impacto negativo, não só ao consumidor, mas também às contas do Tesouro, porque isso acaba sendo uma pressão sobre o ativo da Petrobrás.

Faço este destaque porque está em tramitação no Congresso Nacional - isso pode ser uma estratégia de ação, inclusive, da Bancada Federal do Paraná - uma emenda da Constituição de origem do Governo Federal, dispondo sobre contribuições sociais e intervenção no domínio econômico. Por que isso?

Porque diante dessa variação cambial, para compensar essa diferença que repercute no gasto do Tesouro, o Governo vai estabelecer esse tributo. Porém, a única empresa, hoje, que paga esse tributo é a Petrobrás, que é uma empresa pública. As refinarias que já estão privatizadas, como a de Ipiranga e Manguinhos, discutem a constitucionalidade desse dispositivo e não pagam nenhuma tributação sobre essa diferença, porque o Tesouro acaba assumindo e, portanto, todos nós naquela famosa frase "do seu dinheiro, do meu, do nosso", acabam pagando a conta final. É um dispositivo estabelecido no Artigo 149 da Constituição, que está sendo objeto de discussão pelo Governo Federal. É importante, quando se abrir o prazo de sua discussão em emenda, que também a Bancada Federal esteja atenta.

Senhor presidente, faço também esse destaque, porque a maior parte dos projetos aprovados na Câmara e no Senado, tanto matéria constitucional como infraconstitucional, têm por origem o Poder Executivo.

Por fim, uma última observação, não estamos discutindo nessa reunião o processo de privatização da

Copel, porém é um assunto da maior importância, sob a ótica que pretendo colocar. Já me manifestei contrário à privatização, mas faço esse destaque, pelo seguinte: se efetivamente se confirmar o processo de privatização do sistema, não só a Copel, como Furnas e todo o sistema de geração, transmissão e distribuição de energia do Brasil, teremos uma nova realidade. Estamos falando do monopólio da natureza. O novo controlador dessas novas empresas terá um adicional de competitividade pouco existente no mundo. Porque no momento em que ele tiver que optar em vender a sua energia para o Paraná, ele terá sobre o seu preço - aqui, estou me baseando também em dados oficiais - médio, de 99 reais o megawatt, considerando os diferentes segmentos: consumidor residencial, industrial e comercial; considerando o custo da produção regional; considerando o custo da importação e da transmissão da energia de Itaipu, considerando os tratados internacionais, que fazem com que o Brasil compre em dólar - no caso do Paraná e revenda em real; considerando os subsídios nas tarifas. Essas empresas terão um adicional de competitividade excepcional, porque poderão vender uma energia para outros Estados, com um custo muito menor de venda no Paraná. E aí não há que se falar em competitividade, porque se trata, naturalmente, de um monopólio. É uma questão sendo inevitável no processo de privatização, de se procurar de alguma maneira estabelecer algum critério no edital - entendo e é até uma provocação positiva à Procuradoria do Estado, que é uma matéria de competência federal, eventualmente, se pensar em algum tipo de tributação, em razão desse ganho adicional.

Passo, finalmente, senhor presidente, como sugestão de estratégias possíveis de serem adotadas diante dessa realidade, conhecer o quadro; conhecer o potencial gerador de energia do Estado; conhecer o potencial gerador de energia e de derivados de petróleo, que representam em torno de 20%. Não quero, nesse momento, fazer uma abordagem da legislação infraconstitucional, que gera enormes discussões. Mas em uma eventual alteração da emenda à Constituição, é evidente que isso irá repercutir e provocar um reflexo para alteração da legislação infraconstitucional, mas prioritariamente, de forma simples, revoga o dispositivo da Constituição, alternativamente, trabalhar na reforma tributária.

Estive com o deputado Germano Rigotto, relator da Comissão, na última quinta-feira, este tema não foi objeto de discussão, mesmo porque se discute um novo conceito, na forma tributária, que não seria o consumo mas o destino com a implantação do imposto de valor agregado, mas ele se mostra simpático ao tema, pelo fato também de o Rio Grande do Sul ter um ganho, nessa eventual alteração. A atenção especial do Paraná, em todas as propostas de alteração de matéria tributária, esta da intervenção no domínio econômico, na semana passada o ministro Pedro Malan anuncia a intenção do Governo Federal de propor a alteração da

legislação de ICMS, estabelecendo alíquotas máximas e mínimas.

O enfrentamento de políticas de desigualdades regionais, até como compensação, e aqui eu vou me atrever, de leve, a entrar na seara do doutor Carvalho, mas os royalties, como instituto foram implantados e é bom que se deixe claro, por critérios absolutamente distintos da não arrecadação de ICMS. Os royalties têm uma natureza absolutamente diversa, sob o aspecto tributário, do ICMS; vieram como compensação pela inundação de áreas e portanto áreas com potencial produtivo, de geração de produtos e portanto de geração de renda, de empregos para muitos Estados, particularmente para o Estado do Paraná. Os royalties não vieram como compensação pela não arrecadação do ICMS, mas vieram como prejuízo que o Paraná passou a ter, em razão dessas áreas que foram inundadas.

Também entendo que o Paraná tem que provocar determinadas discussões judiciais, até para buscar o confronto. É evidente que quando falo em confronto civilizado, mas por entender que, da mesma forma que há uma discussão, hoje, interna, no Estado, com relação à competência dos municípios para receberem o ICMS, sobre a geração de energia, porque não se trata somente da produção, se trata de todo o processo, desde a captação da água até a sua contenção, a geração da energia e a sua distribuição. Isso vem provocando uma discussão judicial muito intensa.

Mas o Paraná poderia, a título de sugestão, para provocar o tema também discutir, judicialmente, com os Estados que fazem divisa com o Paraná, particularmente São Paulo que tem usinas, vende energia e portanto recebe ICMS, mas de energia cuja captação também de água que passam pelo território paranaense. E o objetivo de provocar esse confronto e essa ação agressiva que há que se ter em Brasília junto ao governo federal, junto aos governadores, junto ao Confaz e aqui também um papel da maior importância, que a Assembléia hoje inicia, para provocar esta discussão interna para que se tenha o conhecimento, para que se tenha a informação e se possa estabelecer uma estratégia de ação para com as demais Assembleias Estaduais, particularmente dessas cujos Estados podem ter um potencial de arrecadação, que se busque esse confronto. Não é simples, como os royalties não foram; foi uma luta de quase 15, 20 anos. Foi uma luta que começou muito antes da Constituinte, passou pela Constituinte, e depois teve um trabalho muito intenso, de sua regulamentação.

E outra injustiça, por vezes o Paraná recebe com atraso o valor dos royalties porque as geradores acabam não repassando os recursos para que sejam distribuídos aos Estados e aos municípios. Então, é necessário que haja a disposição de enfrentar esta questão e tocando num ponto que é sensível ao Paraná, e aqui eu faço uma defesa da Bancada Federal do Estado, sempre se criou a idéia que a Bancada é dividida, que é uma autografia e portanto não é possível levar à frente determinados projetos.

Todas as Bancadas têm divisão, é democrático isso e diria mais, é até isso que provoca a dinâmica no confronto das posições ideológicas partidárias ou até de outros interesses não confessos. Mas esta é uma realidade que não é exclusiva do Brasil. Porém quando há ponto que galvanize, que canalize, que catalize, que há quem tenham coragem de se indispor contra uma matéria dessa natureza. E assim foi na questão dos royalties, do Paraná.

Entendo que o Paraná está à busca de um grande projeto, de uma grande causa, há que ter uma ação agressiva em Brasília, como tivemos na última quarta-feira, quando, pela primeira vez em dois anos e três meses, houve uma reunião da administração do Porto de Paranaguá com a Bancada Federal, até diante dos episódios provocados, nesta safra em que, infelizmente, a Bancada se dividiu e compareceu a três Ministérios e ao mesmo tempo, junto com os juízes federais do Paraná, a Bancada também se dividiu, esteve em três Ministérios defendendo indicações de paranaenses para a composição da corte no Tribunal Regional Federal do Paraná.

Portanto, é uma questão maior, há que se ter, secretário Miguel Salomão, eu tenho absoluta convicção pela sua história, pelas suas posições. Tivemos oportunidades já de conversar sobre isso, intensificar a ação com a Bancada; há que se ter o compromisso da presença do governador, com a Bancada.

Falo com tranqüilidade, estamos aqui numa Casa de políticos, no sentido positivo, sou do PMDB, Partido de Oposição, porém, em todas as matérias em que houve interesse do Paraná, a Bancada do PMDB se fez presente. Mas, é necessário que haja esta iniciativa.

Tenho certeza que esse tema, ao mesmo tempo que ele tem o lado simples com relação à revogação da emenda, tem a clareza com relação à injustiça, e as perdas do Paraná, diante dos números em 99, foram quase 580 milhões de reais, em 2000, o Estado teve um adicional na arrecadação do ICMS, que representa quase 90% da receita, quase 4 bilhões e 200 milhões de reais, da receita do ICMS do Estado. Nós temos clareza do que isso pode representar, quase 20% do valor do ICMS do Estado do Paraná.

Tenho absoluta convicção, se partirmos desse convencimento, começar a estabelecer a partir de agora uma estratégia de ação com as Assembleias, com os governos, com as Bancadas Federais e, com a certeza de que se não for para alterar o dispositivo constitucional é fundamental que o Paraná trabalhe com alguma forma de compensação, porque não tem sentido o impacto ambiental, não tem sentido o impacto que se gera em determinadas comunidades do Paraná. E o Paraná não recebe nada em troca por isso.

Acho que a causa é muito maior.

Cumprimento o presidente Hermas Brandão, pela sua iniciativa. Hoje tive a oportunidade, também, num outro evento, de ver a posição absolutamente pluralista e de respeito com que Vossa Excelência conduz, sob a sua presidência.

Agradeço a oportunidade de estar aqui com o secretário Miguel Salomão, profundo conhecedor das questões econômicas do Estado, ao senador José Gomes de Carvalho, aos deputados, ao doutor Ackel, representando as entidades de classe do Paraná, por entender que o Paraná está precisando de “ene” projetos. Acredito que essa, como outras, pode ser uma grande causa, no momento em que vivemos tantas notícias negativas e buscamos uma agenda positiva para o País.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos cumprimentar o deputado federal Gustavo Fruet, pelas suas colocações, e após ouvirmos os doutores Carvalho, Miguel Salomão e Ackel, abriremos a discussão com os senhores parlamentares, colocando à disposição os nossos visitantes também, as perguntas que se fizerem necessárias.

Com a palavra a seguir, o nosso convidado José Gomes de Carvalho.

O SR. JOSÉ GOMES DE CARVALHO

Senhor presidente Hermas Brandão, senhores deputados, membros da Mesa, senhor deputado federal Gustavo Fruet, secretário Miguel Salomão, senhores líderes do Governo e da Oposição, amigos Durval Amaral e Waldyr Pugliesi, minhas senhoras e meus senhores convidados.

Ouvi atentamente as colocações do nosso deputado federal Gustavo Fruet. Quero, inicialmente, repor aqui, por uma questão de justiça, a imagem saudosa do nosso deputado Maurício Fruet.

Nós temos que fazer justiça à história. Quando da Constituinte, em 86, era presidente do nosso Partido o deputado Waldyr Pugliesi, na época que estava na Câmara e, numa daquelas infundáveis reuniões da Constituinte, o hoje ministro Serra, colocou uma emenda aonde dizia: - “que o ICMS se paga de energia, seria pago na ponta do consumo e não na origem da sua produção”.

Maurício Fruet, ao perceber isso, imediatamente conseguiu colocar uma outra emenda, que era exatamente a emenda dos Royalties. Só que a emenda do deputado Serra passava a vigorar assim que fosse sancionada, ou fosse promulgada a Constituição. E a nossa Lei de Compensação dos Royalties, merecia e deveria existir uma lei complementar. Por essa razão, promulgada a Constituinte em 86, só a partir de 89 é que, com uma lei complementar, nós conseguimos estabelecer essa compensação.

Eu dizia ao Maurício, que foi o meu fraterno companheiro de infância na nossa Santo Antonio da Platina, que o Gustavo era a segunda edição, revista e melhorada. Não há melhor elogio para um pai do que você elogiar o seu filho, e o Gustavo conseguiu aqui, na sua explanação, colocar com muita clareza os aspectos técnicos e econômicos. Evidente que o cenário de hoje, 2001, é um cenário totalmente diferente de 1.989. Foi preciso muita luta, sim, para que a pálida compensação das perdas do ICMS viesse com os Royalties, e na verdade o

nosso projeto, na época, previa a compensação só para a questão hídrica. A questão do petróleo não estava incluída, e foi quando o senador Nelson Carneiro, que era presidente do Congresso e o deputado Dornelles, hoje ministro do Trabalho, solicitaram que se incluísse uma emenda supletiva, incluindo a questão petrolífera.

Finalmente, depois de uma luta muito grande, no dia 14 de dezembro, um dia antes de encerrar o período legislativo daquele ano, conseguimos aprovar a Lei dos Royalties, mas é uma compensação muito pálida.

Vamos falar um pouco a respeito de energia.

O sistema energético brasileiro é todo integrado. Nós paranaenses, investimos desde o tempo do governo Parigot de Souza e se seguiram os demais governos que investiram, e muito, em energia. Quando se diz investir em energia, foi a sociedade paranaense, todos nós, como sociedade civil organizada, que capitalizamos os investimentos para que o Paraná tivesse excedentes de produção de energia. Ora, qual é a situação energética do País hoje? Há um ano atrás já vínhamos falando isso, e eu presido o Conselho Temático de Infra-estrutura que trata de energia, petróleo, portos, telecomunicações e transportes.

Quando da discussão da criação da Agência Nacional de Energia, já dizíamos que tínhamos um superávit de 1% entre produção e demanda. Isso se agravou agora, por quê?

Porque nos últimos anos, excluído este governo federal, o governo Fernando Henrique, tanto no governo Sarney como no Collor e Itamar, não se investiu um centavo em energia. Ora, o investimento de energia tem um período de maturação e nós ficamos no fio da navalha.

Por que não tivemos dificuldades antes? Por uma razão muito simples, o País vivia um processo recessivo e a demanda era sempre menor do que a oferta. Isso se inverteu, na medida em que o PIB cresceu 4,5%, agravado por duas circunstâncias. A ONS, presidida pelo doutor Mário Santos, que faz o mesmo papel que faz o Banco do Brasil, por exemplo, quando nós emitimos cheques. Quando nós emitimos cheques, o Banco do Brasil, no período noturno faz a compensação dos cheques. A ONS faz a compensação energética, de vez que o sistema é todo integrado e o doutor Mário Santos esteve conosco na semana passada e nos dizia a verdadeira situação, hoje, do País.

Nós temos uma defasagem hoje, Nordeste e Sudeste, em mais ou menos 15%. Sul e Norte têm problemas de energia e não teremos problemas de energia neste ano, mas alguém vai dizer, mas por que é que o Sul não manda mais energia excedente, principalmente o Paraná, para a região Sudeste? Por uma única razão, porque existe uma única estrada, existe uma única linha.

Então, todos os nossos excedentes de produção, como bem disse você, até que ponto seria interessante produzir mais energia, nas atuais condições? O doutor Mário Santos nos disse ainda que o histórico das bacias hídricas do Brasil tem setenta anos, e é a primeira vez que não chove no quadrilátero da chuva. O que ele chama de

quadrilátero das chuvas, é pegar o mapa do Brasil - no ponto central, puxa um pouco à direita e faz um quadrilátero, e ali estão exatamente as grandes bacias hidrográficas com as maiores usinas produtoras de energia. Ali não choveu. Choveu no ABC Paulista, enchentes em São Paulo, mas não choveu naquela região.

Uma coisa que também não é divulgada pela imprensa, porque também não se passou esta informação, é que três turbinas de uma daquelas três grandes usinas que ali estão, estão paralisadas por causa de um transformador ucraniano que o governo discute com a Ucrânia a reposição em garantia dessa turbina ou dessas turbinas e dos transformadores. Na verdade, estamos discutindo um problema muito sério. Do ponto de vista da indústria que represento, a indústria tem como seu principal insumo a energia. A indústria consome 40% da energia hídrica produzida no Brasil.

O governo fez um apelo, recentemente, numa grande campanha nacional para redução do consumo de energia. De parte da indústria nacional, estamos com um plano quase pronto, porque somos iguais as nossas desigualdades, os Estados brasileiros. O consumo não é o mesmo do Estado do Paraná. Então, estamos fazendo um plano emergencial - que deve estar em minhas mãos nos próximos 30 dias, para como faremos a nossa contribuição na gestão energética.

Por outro lado, discutindo agora a emenda constitucional, devo dizer ao deputado Gustavo Fruet que este é um assunto que interessa não a este ou àquele partido. Este é um assunto de interesse nacional. E no Estado do Paraná ele se reveste de um interesse ainda maior: pela competência que temos em produzir energia. Quero dizer, como presidente da Federação das Indústrias, deputado e como vice-presidente da CNI, daremos apoio integral a esta emenda, porque ela vem corrigir uma distorção que nós não podemos, no cenário de 2001, aceitá-lo sob hipótese alguma. Não interessa se o cenário de 86 era completamente diferente. Temos uma bancada federal, como ele bem disse, que quando o assunto é galvanizado no interesse maior da sociedade paranaense, a bancada estará pronta para trabalhar.

Apelo também aos líderes da Oposição e do Governo, que liderem nossos deputados estaduais, que nos engajemos neste processo, sem cor partidária. Porque o interesse realmente é nosso. O Paraná não pode se privar. Recebemos uma pálida compensação pelos royalties e deixamos de receber o principal. Naturalmente o secretário Miguel Salomão, estudioso que é da matéria, vai dar aos senhores, por certo, os números. Mas nós não podemos continuar aceitando isso. O Paraná não pode continuar sendo, como diz o governador Jaime Lerner, o Estado bobo da Nação. É bem verdade que com o processo de industrialização estamos usando parte dessa energia. Mas ainda é muito pouco. Nós precisamos exigir - um Estado importante como é o Paraná no conceito da Nação, a posição de real destaque que ele merece.

As fontes alternativas de energia que se referiu o deputado, são muitas. A questão, por exemplo, do produtor independente. O produtor independente tinha financiamento abundante no BNDES. E por que não utilizava? Porque o produtor independente ia buscar financiamento, conseguia o financiamento.

Quando ele tinha que transportar essa energia pelo sistema da Copel, parece que nossa energia tinha aids, do produtor independente. Porque era tão caro o custo do transporte que não valia a pena o produtor independente ter suas usinas. Isso também já é uma página virada. Hoje o transporte de energia no Brasil, está também regulamentado. E há de parte do Governo Federal e do Ministério de Minas e Energia, um incentivo para a produção nas questões do produtor independente.

Em 86/87, era secretário de Indústria e Comércio do Estado, no governo Álvaro Dias, nós até hoje não conseguimos, que o grupo Votorantim, aqui nesta região, muito próximo de Cerro Azul e adjacências, o grupo Votorantim queria fazer uma usina aí. E até então não conseguiu fazer. E não só o grupo Votorantim, mas inúmeros outros pequenos produtores, que não puderam entrar no sistema, porque havia um corporativismo muito grande no sentido de não permitir com uma filosofia ultrapassada de produzir energia.

Isso também já é uma página virada. Ainda temos a energia elétrica, que no Ceará já é uma realidade. E aqui no Paraná se aproveitam os ventos da cidade de Palmas. E são várias as outras possibilidades de energia alternativa. E aí sim, nós conseguiremos ter este equilíbrio energético no País, com a entrada do gás; o que se discute hoje, é a questão do preço. O gás que veio da Bolívia está aí, por um preço que não está no mercado.

Por isso, já se comenta que o presidente Fernando Henrique estaria mandando nos próximos dias uma mensagem ao Congresso para equalizar o preço do gás. Mas eu me recordo também num cenário anterior, que diziam os poucos nacionalistas, os poucos interessados no desenvolvimento do Brasil, que o gás da Bolívia era um sonho. E, no entanto, o gás está aí, está aqui em Curitiba.

Eu me recordo ainda em 1987, que a Incepa queria fazer uma grande usina para produzir desde matéria-prima, até o acabamento final, e ela não pode fazer em Campo Largo. Nós tivemos que levar essa indústria na época lá para São Mateus, porque era o único lugar no Paraná que ainda tinha disponibilidade de gás, visto a partir do xisto betuminoso.

Então cumprimento, para não tomar mais tempo dos senhores e para podermos ouvir o secretário Salomão, cumprimento a Assembléia pela iniciativa e também o deputado Gustavo Fruet e que da parte da indústria receba o apoio integral para que nós possamos acabar com essa injustiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agora vamos ouvir o senhor Ardison Akel, presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná.

O SR. ARDISON AKEL

Senhor presidente, e demais personalidades que compõem a mesa. Saúdo também o deputado Gustavo Fruet pela feliz iniciativa e brilhante explanação, bem como a excelente intervenção do senador José Carlos Gomes de Carvalho.

Quero saudar a todos os meus companheiros dirigentes empresariais que aqui se fazem presentes e aos senhores deputados e demais personalidades.

O sistema de Associações Comerciais, reúne hoje no Paraná, quase 270 Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas. Temos conversado e percorrido nosso Estado e recebido sempre a grande preocupação, especialmente do empresariado da pequena e média empresa, com relação à reforma tributária. Esse sonho que traz no seu bojo a simplificação tributária, parece cada vez mais distante.

Acompanhamos em Brasília inúmeras reuniões onde se tratava de encontrar uma fórmula que conciliasse interesses aparentemente inconciliáveis, os interesses dos Estados de maior autonomia, mais arrecadação e o seu controle interesses de municípios também muitas vezes divergentes dos demais entes federativos. As dificuldades de conciliar interesses da grande empresa exportadora ou da grande empresa, muitas vezes da empresa comercial divergindo da empresa agrícola ou industrial.

Mas, enfim, criando dificuldades de entendimento, para que se obtivesse uma reforma tributária justa, que simplificasse as relações de recolhimento de impostos e que permitisse um desenvolvimento econômico mais acelerado do nosso País.

No, entanto, parece-nos hoje, que a reforma só pode ser viabilizada, se nós a fragmentarmos, se nós a dividirmos em partes que possam ser melhor assimiladas e melhor deglutidas, digamos assim, pelos diversos entes interessados.

Nesse sentido, parece-me extremamente oportuno a retirada do bojo da reforma tributária do tema que é, exatamente, objeto desta proposta do deputado Gustavo Fruet e que já havia sido, inicialmente, proposto pelo deputado Luiz Carlos Hauly, que é o da revogação desse dispositivo, o artigo 155, que por todos os títulos para falarmos pelo menos de injustiça e de não respeito à isonomia entre todos os entes federativos, e o Princípio Geral da Equação Tributária Federal que é o da tributação na origem dos bens, esse princípio odioso que beneficiou o Estado em detrimento flagrante do Estado.

Nesse sentido, quero transmitir à presidência da Casa meus cumprimentos, por trazer esse assunto à baila aqui, no parlamento paranaense. Quero trazer também ao deputado Fruet, nossos parabéns pela iniciativa e dizer que todo Sistema e Associações Comerciais, apoiam e reforçam esse pleito integralmente. Queremos transmitir

a todos os deputados federais e aos senadores que compõe a representação do Paraná no Plenário Federal, o nosso interesse e o interesse da comunidade paranaense, para que esse pleito seja, efetivamente, levado como uma ação unânime do Estado do Paraná. E queremos, mais uma vez, reforçar a nossa fé e confiança no crescimento do Brasil e nos destinos gloriosos do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em seguida, doutor Miguel Salomão, secretário do Planejamento e Coordenação Geral.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Muito obrigado, senhor presidente, é uma honra comparecer à Casa do Povo, a Casa onde as leis são feitas e onde o livre debate de idéias é a essência fundamental da sua atividade.

Quero aproveitar para agradecer a esse Plenário; recebi há poucos dias a comunicação do primeiro secretário de que este Plenário aprovou voto de congratulações à minha pessoa, por ter sido reeleito presidente do Fórum Nacional de Secretários do Planejamento, vou responder por escrito, acabei de receber o Ofício com a posição do deputado Algaci Tulio, a quem também estendo o meu agradecimento e meu reconhecimento.

Estou um pouco afônico, vou tentar poupá-los, primeiro do ruído da voz, que não é agradável, e, segundo, do excesso de palavras que não sejam necessárias para enfocarmos o tema central. Vou deixar com o caro presidente da Assembléia, e ao saudar todos os participantes da Mesa e todos os senhores deputados, vou deixar alguns textos, que com muito mais calma, com muito mais tempo justificam os argumentos que vou usar. Fica a critério do presidente da Casa distribuir esse material aos senhores deputados.

Mas gostaria, usando um “truque” de velho professor, de contar tudo o que está aqui em três ou quatro histórias, histórias que falam muito mais do que longos tratados ou textos muito técnicos e complicados. Além do que, o deputado Gustavo Fruet, que com grande alegria encontro aqui: fui amigo de seu pai, fomos companheiros de jornalismo na “Última Hora”, antes que a Revolução de 1964 fechasse o jornal e me colocou atrás das grades. Então, o Maurício é um amigo que sempre prezei muito.

E concordo com Carvalhinho, a segunda edição certamente não ficou devendo nada à primeira, talvez no senso de humor ficará a dever, porque o Maurício era imbatível mas, em garra, em espírito público, em busca de um sonho de sociedade mais justa o Gustavo e, sem dúvida, uma grande esperança, perdoe-me chamá-lo de Gustavo deveria chamá-lo de deputado Gustavo Fruet, por quem tenho uma grande admiração. E ele, agora, nos dá a oportunidade da união do Paraná, pelo Paraná.

Sabem, os que me conhecem a mais tempo, que não tenho partido político. Não, porque nenhum deles não merecesse minha escolha; falta-me efetivamente, a

vocação para este extraordinário exercício da atividade social, que é a política. Eu os admiro, aos políticos. Não digo que os invejo, porque a luta é bastante brava, mas sei das minhas limitações. Então, não tenho nenhum partido político. Meu partido político é o Paraná. Estou pronto a dar a mão, o braço, a qualquer paranaense que queria se irmanar numa causa boa, que queria liderá-la, como vejo agora com o deputado Gustavo Fruet. E também com o nosso presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, que efetivamente está de parabéns por esta iniciativa.

A primeira estorinha que eu quero contar é bem simples. Estava eu, em Angola, posto em sossego, quando governador Jaime Lerner telefonou e disse: “olha, fui eleito governador do Paraná; venha aqui, precisamos conversar”. Cheguei à casa dele. Ofereceu-me a Secretaria da Fazenda. Pedi uma semana para pensar. Seria bastante arriscado dar uma resposta sem saber se eu conseguiria dar “conta do recado”.

Aceitei, e quando cheguei à Secretaria da Fazenda, que tem técnicos extraordinários, os técnicos me trouxeram um primeiro ofício para assinar e mandar ao governador Jaime Lerner. Mexendo no valor do automóvel, sobre o qual o imposto deveria incidir. O nosso ICMS já não poderia incidir em 100% do valor do automóvel, tal como era vendido, mas tinha que incidir sobre um valor menor, de tal modo que o ICMS baixasse de 17% para 12%.

Bom, ouvi os técnicos da Fazenda. E eles me mostraram, com toda clareza, o que estava acontecendo. O governador Mário Covas, recém-eleito em São Paulo, estava diante de um dilema atroz que provocava 30 mil demissões no ABC paulista. E, diante do governador estava uma aliança interessante: CUT, CGT e as grandes montadoras multinacionais estavam com os pátios cheios de automóveis, dizendo: “Governador, ou o senhor baixa o ICMS do automóvel em São Paulo, de 17% para 12%, ou nós vamos demitir 30 mil pessoas”.

E o governador Mário Covas não teve dúvidas: defendeu São Paulo, tomou a decisão correta, preservou os 30 mil empregos e reduziu o ICMS para 12%.

Nós do Paraná, vendendo automóvel com 17% de ICMS, não tínhamos a mínima chance, tínhamos que fechar toda a rede de revendedores de automóveis do Paraná, aí sim, dispensando aqui no Paraná 30 mil empregos, que por coincidência é o número de empregados que a rede revendedora tem. Corrija-me o Carvalhinho se eu estiver com algum número equivocado.

Os técnicos da Fazenda me convenceram de que a medida era necessária, porque o nosso ICMS, de qualquer modo, iria para o espaço. Não tínhamos como evitar que os paranaenses atravessassem. Levei a proposta. Ele perguntou quanto iríamos perder. Os cálculos dos técnicos da Fazenda, é que iríamos perder, por ano, 130 milhões de reais. E que esta perda era inevitável, quer baixando o ICMS de 17% para 12%, quer não baixando. Se baixássemos para 12%, manteríamos os 30 mil

empregos no Paraná, mas, perderíamos os 5% que era a parte que nos cabia naquele latifúndio, ou seja, como o carro vem de São Paulo com 17%, 12% já está recolhido em São Paulo. O Paraná só iria poder arrecadar 5%. Mas, como não dava para vender com 17%, tínhamos que vender com 12%; abríamos mão dos 5%. Mas, antes vão-se os anéis e fiquem os dedos e nós garantimos os empregos. Eu tomei um choque, naquela hora. Realmente, disse: “meu Deus do Céu! Esta Federação, aqui, é muito complicada”. Aí, procurei ver com o pessoal da Fazenda, de onde é que eu poderia tirar o dinheiro, como é que eu recupero estes 130 milhões de reais que eu vou perder.

E a informação, que é que temos? Qual a nossa riqueza? Qual a minha carteira de ações? Falei assim: O Estado do Paraná tem empresas. Cadê as ações do Estado do Paraná? Quanto elas valem?

Aí tomei o segundo choque. Nós tínhamos, em carteira, dois bilhões de reais em ações da Copel. Digo: “Ôpa! Isto aqui, em qualquer lugar do mundo dá um dividendo de 11%, a Copel deve estar pagando 220 milhões por ano, de dividendos”. Quanto é que ela recolheu, até hoje, de dividendos? Nada. Mas, por quê? Porque é tudo reinvestido em novas usinas, todo lucro é sempre investido. Chamei o pessoal da Copel, era o Ingo e o Fernandinho. Tinha um lucro num balanço de 5 milhões, que eles poderiam distribuir, mas que o Fernandinho não queria me pagar, porque tinha que pagar o Click Luz Rural. E além disso, Fernandinho apresentou uma conta maior e disse: “Olha, secretário, a Copel tem 40 milhões para receber da Sanepar de energia elétrica. Há dois anos que a Copel vende energia elétrica para a Sanepar, e ela não paga. Então, o senhor aumenta o capital da Sanepar, ela nos paga o que nos deve, e nós pagamos os dividendos”!

Sempre admirei a Copel, pela sua capacidade, do seu corpo de funcionários, de raciocinar como empresa. E eles estavam raciocinando como empresa. Aí, como é que é o negócio da Copel? Fui verificar, preço de geração, preço de venda, e tomei outro susto. A Copel é, sem dúvida, uma formidável alavanca para industrialização de Santa Catarina, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do resto do Brasil, menos para o Paraná, porque vendi energia que sobrava, por menos que o custo de produção.

O custo de produção da Copel é 40 por megawatts, e por regras federais, exportava 27. E o pior, neste caso, sem ICMS para nós. Aí lembrou do raio do automóvel: São Paulo baixa de 17% para 12%, que são os 12% que ficam lá, para preservar 30 mil empregos, e não posso gerar emprego aqui, porque tenho que construir hidrelétricas. Todo lucro que a Copel dá, tenho que deixar lá, para aumentar geração. E essa geração não serve a mim, porque não tenho indústria. Santa Catarina se industrializou antes que o Paraná, sem produzir nada, porque recebia de nós, pela Eletrosul, a R\$27,00 por megawatts/hora, sem ICMS, para vender lá dentro por cinco vezes mais, e ficar com o ICMS.

O sistema elétrico brasileiro foi montado de tal modo que estimula os Estados a serem consumidores de energia e não produtores. Não sei como o Paraná não viu isso antes. Estrategicamente, desde que não sou engenheiro, que não entendo de megawatts, sou financista, entendo de dinheiro; megawatts é dinheiro. Não faz sentido que a Federação tenha uma política de energia para os estados, que incentive o consumo de energia. Com quem é que está o lucro? Porque se vendermos por três vezes mais o que se recebe fica com o ICMS, e se incentiva geração, que é de onde se brota a capacidade efetiva de crescimento industrial do País.

Bem, foi criado ao longo do ano de 95, uma cultura energética que não tinha, misturada com cifras, conduzi um estudo bastante duro, que levei ao governador. E falei com ele: “governador, nós somos o otário da Federação, nós colocamos todo o nosso dinheiro para nossos rios gerarem energia, e na hora de industrializarmos não podemos, porque sequer o dividendo não vem para aproveitar, por exemplo, a Lei Anibal Khury, que manda e mandava dar incentivos para industrialização, de indústrias estratégicas para o Estado. Tínhamos o Programa Paraná Mais Emprego, que é o Paraná Fiscal, apenas dizendo o ICMS novo, dou um prazo maior, mas não tínhamos uma política de industrialização efetiva para aproveitar aqui dentro a energia gerada.

Bem, essa é a primeira historinha que queria contar, e a partir de 1995, tenho comigo, como paranaense, que nós somos o otário do sistema elétrico brasileiro.

A soberania do País evidentemente exige a nossa solidariedade, tem que ser preservada, não podemos nunca no Paraná, dizer “não” aos nossos irmãos que estão sem energia. Nunca podemos fazer isso. No entanto, na hora de ratear a conta, pelo amor de Deus, pelo menos vamos ratear essa conta, de maneira mais justa e igual.

Segunda historinha que vou contar e me perdoe o deputado Beraldin, vou aproveitar um pouco uma história do seu filhinho, que é uma figura muito querida. Que eu vi lá na reunião da Aneel em Brasília, onde estive há duas semanas, e sofri um outro choque, sobre o poder que nenhum de nós tem sobre energia. Lembro-me bem do seu filhinho. A história é a seguinte: quem conhece, sabe que o deputado Beraldin, mais até do que bom deputado, é um bom pai, é um exemplo.

Não há solenidade pública, que ele não leve o seu garoto, devidamente arrumadinho, ele rouba a festa, como roubou num desfile de 7 de setembro. Todo mundo no palanque. Ia iniciar o desfile militar. Chegou o coronel-comandante em cima do tanque, com capacete, parou na frente do palanque das autoridades, e falou com aquela voz afirmativa dos militares: “O general, fulano de tal, pede autorização para iniciar o desfile”. Aí o filhinho do Beraldin disse: “Ô pai, que general brabo hein?” Quer dizer. Foi duro o pessoal que estava no palanque segurar.

Quando fui para a reunião da Aneel, fui convocado: sou também secretário da energética, nós temos um fórum. E o fórum, secretário de Energia, foi chamado

a Brasília há duas semanas atrás, para discutir o programa, não de racionamento ainda, mas o programa de racionalização da oferta, do consumo de energia, diante da ameaça que está aí diante de todos nós; o Carvalho citou de faltar energia no Centro-Oeste, no Sudeste e no Nordeste.

Bem, chegando lá na reunião da Aneel, recebi o programa e disseram: Olha, o ministro vai anunciar o acordo dos secretários estaduais de Energia. São 36 medidas, entre elas, que o setor público, federal, vai economizar 15% e que os Estados também deveriam economizar 15.

Mostrei a nossa estatística, depois da jornada única, economizamos no edifício Castelo Branco, onde trabalho, 40% de energia de fevereiro para março e na média do Estado estamos com 23 de poupança, e na Prefeitura chegou a 32. Dados da Copel.

Apresentei lá no Fórum dos Secretários, “o Paraná já se antecipou ao governo federal. Já estamos economizando energia no setor público”.

Aproveitei para fazer a minha velha choradeira. Já sou conhecido, quando me reúno com o secretário de Energia, como “o chorão do Paraná”. Aquele que vem sempre aqui dizer: “Puxa vida, o Paraná não recebe pela sua energia o que merece”!

O Paraná não tem o ICMS que deveria ter da sua energia. Então tive o cuidado de levantar, 11 anos, dados oficiais da Copel, quanto ela gerou, quanto ela vendeu, para quem vendeu, e a quanto. Descobri que gerou 74% da energia que ela vendeu nesses 11 anos, a um preço de 40 reais por megawatt-hora.

E ela comprou de Itaipu, mais 24% da energia, que ela vendeu a 50 reais o megawatt-hora, porque Itaipu é preço internacional.

É importante os senhores saberem que Itaipu é uma conquista do País, é uma garantia que hoje, graças a Deus salva o País do blecaute, mas Itaipu foi feita com parceria fortíssima da Copel. A Copel é obrigada a ter uma compra firme, em Reais, todo mês a Itaipu, quer precise, de energia, quer não.

E com a Petrobras, com o gás da Bolívia, chama-se em inglês: “Take or Pay” Peque ou Pague”, ou seja: ou você consome aquela energia que você contratou, ou se não consumir, paga do mesmo jeito.

Bem, então dentro da estatística, a Copel produziu 74%, comprou 24% da Itaipu, mais 2% de outros fornecedores. Então teve uma oferta, uma disponibilidade nesses 11 anos, de 201.000GW-hora-ano. E com isto ela teve um custo médio de obtenção de 41 reais. Aí vendeu para quem?

70% vendeu para nós, paranaenses, a 99, 93 em média, a dinheiro de hoje. Ou seja: por mais que o dobro do que o custo de geração que a Copel tem depois. O custo de transmissão e de distribuição. Mas ela teve uma larga margem. Tem razão o Euclides Scalco, quando diz que a energia de Itaipu não dá prejuízo para a Copel,

porque a Copel compra de Itaipu a 50 e revende aqui no Paraná a 99.

Só que sobrou 30% de energia disponível, vendido para outros Estados e 33 reais e treze centavos; é a média hoje, ou veja, por menos do que o custo de geração que é 40, por menos do que o custo de compra de Itaipu que é 50 e sem ICMS. Este é o lucro que a Copel mostrou no seu balanço, no último, maravilhoso, saiu todo do bolso dos paranaenses, não veio um tostão lá de fora. Ao contrário, só não foi maior lucro porque uma parte dele teve que ser transferido para outros Estados através dessa tarifa de 33,13, que hoje está em 37 que a Aneel registrou e sem ICMS para nós. O ICMS, e o deputado Gustavo Fruet mencionou, vai um pouco além da Copel. Não dá para falar em ICMS pensando só em Copel. Por quê?

Porque a regra do ICMS diz o seguinte - o ICMS incide na importação e na exportação, zero. Portanto, a Bolívia manda gás para o Brasil, mas por sorte do pessoal do Mato Grosso do Sul, nossos irmãos lá do futuro Estado do Pantanal, a energia entra pelo Mato Grosso do Sul e ali o ICMS tira fotografia do gás e o gás pertence ao Mato Grosso do Sul. O último boletim do Mato Grosso do Sul comemora: graças ao gasoduto Brasil/Bolívia já cresceu em três milhões por mês a arrecadação do ICMS e vai a 17 milhões.

A energia de Itaipu vem do exterior. Itaipu Binacional é uma entidade, não só brasileira, não só paraguaia; como se fosse um País à parte, ela entra em território brasileiro pelo Paraná - pela regra do ICMS pegando gás da Bolívia, naquele momento, na hora que entra pelo linhão, chega em Ivaiporã, e já está gerada a base tributária do Paraná sobre toda a energia que Itaipu manda pelo Brasil, inclusive a parte paraguaia, porque é importação. Pega São Paulo. São Paulo importa por ano, 17 bilhões de dólares de tudo. Tudo aquilo que a indústria paulista movimentava significa 17 bilhões de dólares - é base tributária para o ICMS porque é importação. Quando exporta, exporta só 10 bilhões. São Paulo dá um déficit de balanço comercial, eu vou, mesmo que fique rouco, porque desta briga eu não largo mão, São Paulo, gerando um déficit comercial de 10 bilhões para o Brasil, arrecada ICMS sobre as importações de 17% e só é penalizado pela isenção na exportação de 10%. Mesmo assim, como é a exportação de industrializados, ele tem assegurado depois da Constituição de 88, uma compensação financeira em dinheiro vivo, não os títulos podres do Kandir que ele queria nos dar, uma compensação financeira em dinheiro vivo tirado do IPI.

Quando resolveram agora em 96, com a Lei Kandir, tirar o ICMS dos grãos, dos primários, vieram com a história que nós tínhamos que receber moeda podre, títulos federais vencidos de 20 anos e que só poderiam ser usados para pagar dívida ao governo federal, e foi quando, e aqui a única discordância que tenho com meu caro amigo deputado Gustavo Fruet, quando nós mobilizamos a Frente Parlamentar do Sul, não mobilizamos só a bancada do Paraná.

Eu era secretário da Fazenda, estava em Brasília com os técnicos da fazenda acompanhando o Cotep, quando me sopraram no ouvido que ia entrar em votação urgente, urgentíssima, um substitutivo da Lei Kandir apresentado por um deputado do Paraná, que depois se aliou à gente e nos ajudou muito, deputado Hauly, mas que era o Líder do PSDB lá e portanto tinha, em relação ao ministro Kandir, a solidariedade partidária, depois ficou do nosso lado, lutou com a gente, mas quando tomei conhecimento que ia entrar lá no Congresso de manhã, corri lá no Congresso procurar um deputado paranaense. Na hora achei o Paulo Cordeiro, que achou o Renato Johonsson, que achou o Lupion e o Carli, os quatro, tá aí, tem uma testemunha precisa desse episódio e disse - tô sabendo que vai entrar um substitutivo da lei Kandir que vai nos tirar o ICMS do soja, dos grãos, dos primários. Nós vamos perder 370 milhões por ano e vamos receber moeda podre. Imediatamente eles correram: vamos falar com o relator da reforma tributária, o deputado Mussa Demis. Quando chegamos lá, ele não sabia. E o monitor ligado em sua sala, chamando os deputados, para votar. O "Mussa" resolveu mobilizar todo o Nordeste, através do líder Inocêncio de Oliveira. Resultado: conseguimos pegar pelo rabo e derrubar na última hora, um projeto de lei que estava lá. Foi mobilizada a Frente Parlamentar do Sul, o deputado Nelson Marchesan. Fizemos uma memorável reunião no Congresso Nacional, com os deputados dos três Estados e fechamos a posição contra a aprovação da Lei Kandir, do jeito em que estava. A versão que saiu dela, que foi muito melhor, foi fruto dessa união dos deputados paranaenses, gaúchos e companheiros de outros Estados, para vencer essa batalha. Essa é a segunda historinha e porque é que lembrei do filho do Neivo.

Fui à reunião da Aneel. Quando lá me apresentaram todo o programa de energia e, hoje, vejo aqui o seu desdobramento, manchete do jornal Valor: "Plano de racionamento adota quotas de energia. Todos os Estados vão ser obrigados, senão chover, a cortar 20% da energia residencial. A Copel, no ano passado faturou 700 milhões de reais em energia residencial.

Está aqui, Gazeta do Povo, um balanço da Copel, publicado no dia 14 de março, consumo de energia residencial, 708 milhões. Se cortar 20%, você corta 140 milhões de receita da Copel. Para mandar para outros Estados, a 37 reais, abaixo do custo de produção, sem ICMS, em vez de vender aqui dentro, como vende a 160 a 224.

Estou com a conta de luz da minha casa, pago 224 reais a mega-watts/hora. A Copel deixa de vender para mim, me obriga a cortar 20%, para mandar para fora a 37 reais! Na minha, 224, tem ICMS de 25, que é recolhido para a Fazenda; na que vai para fora, para atender a um interesse nacional, não tem ICMS!

Cheguei à conclusão que na verdade a energia não é nossa, ou seja somos chamados a uma reunião dos secretários de Energia, eles perguntam educadamente,

como o comandante do desfile militar: Peço autorização para iniciar o desfile - com aquela voz bem brava. Pô, que general bravo, esse! Pô, que Aneel brava! Reclamei e recebi duas respostas. O presidente da Aneel Mário Santos, que admiro muito, está fazendo um grande trabalho: Salomão, não é hora de colocar aqui. Temos uma situação de emergência. Não é hora de colocar na mesa uma pendência tributária de 15 anos. Isso temos que resolver na reforma tributária. Temos agora que saber como é que o País fica sem energia. O Mário Santos que é uma simpatia, é fantástico: Salomão, veja bem, a água de Itaipu vem de onde? Vem do Sudoeste, do Paranapanema, do Rio Grande. Portanto, Itaipu, não é de vocês.

Eu não estou dizendo que Itaipu é nossa. Estou dizendo que na importação que se faz, gera-se ICMS. Por que o gás da Bolívia importado gera ICMS para o Mato Grosso do Sul? Se a nossa Termoelétrica de Araucária vai consumir gás da Bolívia, quem vai faturar o ICMS do gás é o Mato Grosso do Sul não nós, porque quando a energia de Itaipu entra por aqui e vai para outro Estado, além de revender mais barato do que nos custa, compramos a 50 e revendemos a 33, o ICMS não é nosso, é deles!

Essa indignação, deputado Gustavo Fruet, tenho desde 95. Não me conformo com isso. Como paranaense, acho um absurdo.

Agora, vem a questão mais grave e a mais difícil de explicar. Ao lutar para que a gente tenha o ICMS na origem, a gente resolve um problema de Justiça, mas a gente cria de uma vez por todas o pior sistema tributário, que é aquele que tributa a produção, que gera na alíquota interestadual todo tipo de fraude, de Situação. Porque o verdadeiro modelo tributário, para uma Federação como a brasileira, é zero entre os Estados. Assim como é zero entre os países. Por que é zero entre os países?

Porque efetivamente você não pode tributar quem produz, você não pode punir o sujeito que produz, se sacrifica para exportar e joga imposto em cima dele. Ele vai ter que repassar este imposto lá para o comprador, na Europa, lá aquele comprador tem um outro País que lhe vende sem imposto. Eu não sou empresário, mas se tem uma coisa, uma violência que se faz contra o empresário neste País, é obrigá-lo a pagar imposto e ser competitivo!

Bom, a mesma coisa ocorre na alíquota interestadual, a Lei Kandir fez migrar para o Mato Grosso, para o Mato Grosso do Sul, as empresas que moíam soja, aqui no Paraná, porque a soja vem do Mato Grosso do Sul com 11%, 13% de ICMS no grão, aí a nossa cooperativa aqui transforma em óleo. Na hora de exportar óleo, agora não tem mais ICMS na exportação, fica a cooperativa com o mico na mão e vai tentar cobrar da Fazenda do Paraná. A Fazenda do Paraná diz: Como é que vou ter de devolver o imposto sobre o grão que você recolheu não aqui, que você recolheu no Mato Grosso do Sul?

Quando discutimos a Lei Kandir ficou um compromisso de honra, na sala do deputado Benito Gama, eu estava presente, de que, ato contínuo da aprovação da lei Kandir, que é o Substitutivo Haully, viria a reforma

tributária. Apertaram a mão do Mussa Demis, o relator da reforma tributária e o Mussa ficou satisfeito. Hoje vejo o Germano Rigotto passando pelo mesmo calvário.

Ele esteve aqui no Paraná várias vezes, e o Carvalhinho é testemunha do dia que ele me ajudou, eu estava no Hotel Bourbon para apanhar o deputado Germano Rigotto, o Carvalhinho e eu fomos à reunião com o governador. Ele explicou para o governador todo o seu projeto de reforma tributária, pediu apoio a ele sabe, ele ouviu de nós. Tudo isso que estou falando aqui eu coloquei na mão dele os meus papéis, os estudos, os papéis que eu escrevi sobre esse assunto. O problema é que, efetivamente, vamos ao problema crucial: O Plano Real fez com que o governo federal se tornasse extremamente pragmático, ou seja, ele não quer que a inflação volte, ele não quer correr o risco de ver as finanças públicas federais tendo um déficit que coloque abaixo o Plano Real. E mexer no sistema tributário, mexer no painel do boeing, quando ele está fazendo uma decolagem, é muito risco. O que eles estão propondo agora, no plano de ação do governo federal para 2001-2002?

Estão propondo: Não mexe no fim social, no PIS-PASEP, quer dizer, não desonera a produção, é um absurdo isso! Querem acabar com a guerra fiscal então o Estado não pode mais mexer em alíquota. O governo federal fixa uma alíquota única, para cada produto no País todo, e com isso se resolve o problema.

Não é por aí a questão tributária, hoje é a maior causa de concentração de renda no País.

Tenho um levantamento de qual é o percentual que tem São Paulo no PIB e no ICMS, e qual é o percentual que o Paraná tem no PIB e no ICMS.

Só para tornar clara a idéia, o PIB é uma cesta onde tem lá várias parcelas; uma parcela importante do PIB são os salários, todos os salários que os brasileiros recebem, de um *reveillon* a outro, forma uma parte do PIB. Todos os juros que os brasileiros recebem, ou dividendos, é outra parte do PIB, todos os aluguéis, todos os impostos indiretos, o IPI e o ICMS formam uma parte importante do PIB.

Nosso PIB o ano passado foi um trilhão e oitenta e cinco milhões, o ICMS representou oitenta e oito bilhões, segundo os dados divulgados. Então o ICMS representa, no bolo do País, quase 9% do PIB.

É claro que, se eu quero repartir PIB, eu tenho que repartir, também ICMS. E o ICMS foi criado com uma lógica de cunho social, Estados mais ricos, e só o critério de riqueza foi puramente do IBGE: - Sul é rico. Não interessa se o Paraná, perto de São Paulo, é um Estado agrícola não industrializado, não, está no Sul, é rico. E aqui está como Santa Catarina e Rio Grande: - é rico. Ou no Sudeste, Espírito Santo e São Paulo, ah, Sudeste, os dois são ricos. Como se o Espírito Santo tivesse a mínima possibilidade, se comparado a São Paulo. Mas, ficou aquela regra de que do Sudeste para baixo as mercadorias, com no máximo 7% de ICMS na origem, para no

destino cobrarem 10%. Destino seria Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

As três regiões pobres do País teriam o privilégio de receber mercadoria do Sul e do Sudeste, apenas com 7% de ICMS recolhido na origem. Inversamente, eles mandariam do Norte, no Nordeste, do Centro-Oeste, para a região rica, não com 7%, mas com 12%. Requeriam já 12% lá.

Então, critério Robin Wood, em que Estados ricos permitem que parte do ICMS fique nos Estados pobres mais do que a sua proporção do PIB.

É simples! Se comparar qual é o percentual dos Estados pobres no PIB e no ICMS, qualquer um dos senhores vai dizer: - “É claro que o percentual deles no ICMS é maior do que no PIB”.

Se pegar um Estado rico, o seu percentual no PIB é maior do que o seu percentual no ICMS. Sim. Então, percentual no PIB maior e no ICMS menor, porque ele transferiu para a região pobre.

Não é isso que os números dizem?

São Paulo, consegue gerar 35% do PIB e ficar com 39% do bolo do ICMS pago pelo País.

Olhando por aqui, um estrangeiro que conhecesse a regra do jogo, diria: - “Puxa, São Paulo é o Estado mais pobre do Brasil, porque é o que está pegando a maior fatia do ICMS...”

Por que isso?

Por causa da regra injusta, em que tudo que São Paulo produz tem ICMS, é superavitário na importação. Ele mais importa do que exporta. É uma base adicional do ICMS que ele ganha no comércio exterior.

Tudo que ele manda para nós, máquinas, equipamentos, automóveis, recolhe 11%, 12% para eles, para nós, nada. Para nós fica o ônus de reconhecer o crédito tributário. E esse sistema inócuo tem que ser posto abaixo.

O País precisa urgentemente completar a Reforma Tributária, implantando o princípio do destino pleno, cheio.

Se nós, paranaenses, temos um PIB de 70 bilhões, que nós destinamos 80% desse PIB para o consumo, ou seja, 56 bilhões do que nós produzimos vai para o consumo e o imposto de consumo é 10% eu arrecado 5 milhões e seiscentos.

O valor que o deputado citou, 4.200, inclui a parte dos municípios. Mas, só por aí, por esse grosso cálculo, nós estamos perdendo 1 bilhão e 600 milhões, pelo fato de não termos o princípio do destino cheio.

Nesse caso a energia elétrica é que está certa, o petróleo é que está certo, está tudo no destino. O resto tudo mais é que está errado. Estão metendo a mão no nosso bolso e nos mandam tudo para o imposto. Para azar do Paraná, é que tudo que ele produz, tem que mandar sem imposto, soja para importação porque não tem imposto. Energia elétrica para mandar para outro Estado, porque não tem imposto. E quando compram matéria-

prima, grãos em outros Estados, já compram com imposto.

Tenho a lista aqui das usinas da Copel. A Copel já fez 18 unidades de geração, 17 elétricas, 1 termoeletrica. Tem para fazer ainda uma lista enorme, a Usina Hidrelétrica do Rio Tibagi tem cinco, Cubatão, Jordão, Ribeiro, Paranapanema. Ela está prevendo uma participação mínima, mas toda a participação que a Copel tiver em hidrelétrica é o lucro dela, o resultado dela, que ela deve investir e, que portanto, não venha ao Tesouro do Estado.

A pergunta que eu faço é uma pergunta de administrador da carteira, que o povo paranaense tem, que são as ações.

Sempre considerei na Fazenda, que a minha carteira de ações, é a minha carteira do povo paranaense.

Até que ponto eu posso continuar chamando esse acionista, a por mais dinheiro, desviando de educação, da saúde, e de outras finalidades, para gerar ICMS?

O que nós fizemos foi industrializar. Ah! tem energia sobrando, vai a preço de banana para fora?

Chamem de guerra fiscal, chamem do que quiser, nós vamos industrializar o Paraná, vamos queimar aqui dentro essa energia, não a 37 reais, mas a 70 reais, a 80, com 25 de ICMS gerando emprego ao mesmo tempo para os paranaenses e em programas de saúde, segurança do ICMS e de educação para a população. Acho que essa é a nova linha, lembrando um contemporâneo do Maurício Fruet e meu, Stanislaw Ponte Preta, nosso ídolo, e ele fez aquela célebre frase: “Ou todos nos locupletamos ou restaura-se a moralidade”.

Vejo que ao lutarmos para ter o ICMS na origem para tudo o que produzimos, estamos na metade da frase. “Ou todos nós somos beneficiários ou, se não somos todos, que se mude todo o resto” e se implante aquilo que vai dar às empresas paranaenses competitividade para exportar, que é o princípio do ICMS no destino, sem gerar microcrédito tributário e tornando as nossas exportações paranaenses, verdadeiramente competitivas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos a palavra ao presidente da Associação Comercial do Paraná, Marcos Domakoski.

O SR. MARCOS DOMAKOSKI

Meu caríssimo presidente deste Legislativo, Hermas Brandão. Gostaria de, ao saudá-lo, cumprimentá-lo pela forma dinâmica e democrática que vem conduzindo os trabalhos desta Casa.

Meu caríssimo deputado e amigo Gustavo Fruet, autor dessa iniciativa, que demonstra mais uma vez, sensibilidade política e competência.

Meu caríssimo secretário Miguel Salomão, ao saudá-lo, digo que a nossa entidade tem projetos que coincidem com algumas ponderações suas, feitas, que o tributo deve ser deslocado da produção, para o consumo.

Nosso grande líder, José Gomes de Carvalho, presidente da Fiep, membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Paraná, caro senhor Ardisson Ackel, deputados, demais autoridades que compõem a Mesa.

Gostaria de mencionar em especial o deputado Waldir Pugliesi, como líder das Oposições e em o saudando, saudar todos os deputados da Oposição e, da mesma forma, em saudando o deputado Durval, saudar os deputados da Situação.

A Associação Comercial do Paraná tem, no bojo de suas propostas, elencada a tentativa de desfazer esta injustiça de tributar energia elétrica no consumo e não na origem, porque nós, ainda recentemente, tivemos oportunidade de, num encontro informal com o governador de São Paulo, dizer a ele que no nosso entendimento, essa é a maior distorção ou a arma mais poderosa na guerra fiscal.

O secretário Salomão fez uma rápida explanação de quanto estamos perdendo em função dessa constituição e desta proposta do ministro Serra, então deputados, de tributar a energia elétrica na origem e não no consumo, bem como o petróleo.

A entidade vem aqui para parabenizar o deputado Gustavo Fruet por esta iniciativa, ao deputado Hermas Brandão por promover o debate e se colocar à inteira disposição, para nos engajarmos nesse movimento, com o objetivo de corrigir essa distorção. Se antes ou depois da reforma tributária, é uma questão que deve ser avaliada, mas o fato é que temos que empunhar essas duas bandeiras, como defensores do Paraná que somos.

Agradeço a oportunidade, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhores deputados.

Fico muito feliz, deputado Hermas Brandão, pela sua iniciativa ao trazer à discussão um assunto palpitante para dentro desta Casa. Fico feliz e ao mesmo tempo triste, porque lá no Congresso Nacional, desde 1997 tramita uma emenda na mesma direção que a do deputado Gustavo Fruet, quando eu, deputado federal, tive esta iniciativa. Infelizmente, naquela época não tive o apoio e a solidariedade da classe política do Paraná, visto que eu, de há muito, já havia atentado para este afano que se faz nas contas públicas do Paraná.

Quando prefeito de Guarapuava, eleito em 88, no ano que se promulgou a nova Constituição, assumo em 1989 e já naquele ano, levei à Associação dos Municípios do Paraná a preocupação da perda que todos os municípios do Paraná teriam a cada nova turbina de Itaipu que entrasse em operação. E desde aquele momento, procurei ser um defensor e um lutador pela modificação da Constituição. Digo aos senhores: não encontrava eco naquilo que falava.

Quando cheguei à Câmara Federal, fiz essa proposta, divulguei a proposta da mesma forma, e não encontrei eco, não consegui levar à frente. E saibam os senhores: se não houver uma movimentação, de nada adiantará a boa-vontade, a disposição do deputado Gustavo Fruet em lutar por esta emenda. Temos que nos somar, todos, para que consigamos chegar a um ponto que seja bom para nós. O secretário Miguel Salomão faz uma explanação clara, precisa, do que acontece em termos financeiros, em termos tributários no Estado do Paraná.

Lembro muito bem de tudo aquilo que o secretário relatou aqui; lembro também de todo esse período de governo, em 95, quando ele, secretário da Fazenda e eu, chefe da Casa Civil, sofríamos juntos por ver o Paraná sendo sangrado em suas divisas.

Agora quero confessar a todos: não acredito em reforma tributária. Não existe por parte do governo federal vontade de fazer a reforma tributária. O governo federal já resolveu o seu problema, em acordos com o Fundo Monetário Internacional, dos superávits primário que deva obter; já conseguiu, por via indireta, uma reforma tributária que atende os interesses do Governo Federal. Foi assim quando ele nos impôs - e aí quero dizer, atendendo a um pedido, atendendo a um clamor do então ministro da Saúde, Adib Jatene, fui um dos que foi à tribuna da Câmara federal defender o CPMF. Antes estive numa reunião aqui na Associação Comercial com os empresários que me pediam para não ser favorável à implantação do CPMF. Eu dizia a eles que iria votar porque tinha convicção de que aqueles recursos seriam direcionados à área de saúde, que estava em momento crítico, estava vivendo um momento de caos, como vive hoje, que tudo isso que se põe na televisão em cima da saúde pública do País é mera ilusão, porque nós sabemos que o povo está morrendo por falta de assistência médica. Fui um dos que defendeu e votou a favor do CPMF, e nem um centavo daquilo foi carregado para o setor da saúde. Foi tudo para o caixa do Tesouro. E os desdobramentos os senhores conhecem, veio a renovação, foi para 0,38. Na renovação já votei contra.

Pois bem, esta foi uma maneira do governo federal resolver o seu problema, do seu famigerado - superávit primário.

Doutor Salomão, eu não conheço superávit primário, a não ser só superávit. Não é primário e nem secundário. Acredito que superávit só existe quando sobra alguma coisa. De nada adianta sobrar e se ter que pagar juros com aquilo. Superávit é superávit, não é primário e nem secundário, no meu entender. Na mesma maneira, quando aconteceu aquilo que o senhor relatou da Lei Kandir. Foi outra maneira que o Estado, que o governo federal resolveu seu problema da reforma tributária, equacionando o seu problema de exportação, e fazendo com que se aumentasse as exportações e aumentasse as suas divisas, e mais uma vez nós fomos os sacrificados.

Então, quero dizer que é muito importante o engajamento de todas as forças vivas do nosso Estado. Estamos assistindo discussões das mais variadas em termos do nosso Estado, mas temos que discutir uma questão que é crucial para o nosso Estado, são 400 milhões/ano que o Estado perde de divisas que vão para outros Estados. Vão lá industrializar algo que depois é vendido para nós e nós é taxado em 12%. E nós exportamos energia sem nenhum imposto. E o que é mais grave, falando em termos de município, senhores deputados, com o advento desta maldade, que o então deputado federal e hoje senador e ministro José Serra fez aos Estados produtores de energia e de petróleo, especificamente ao Paraná. E que se comete uma injustiça a todos os municípios do Estado do Paraná, que toda energia gerada por Itaipu, que é exportada para São Paulo e para outros Estados, é isenta de ICMS. Só que para o cálculo, veja só, nobre presidente da Associação Comercial do Estado, quando é feito o cálculo do ICMS para se apurar o índice que cada município tem dentro do bolo do ICMS, toda energia que é gerada por Itaipu, que é exportada para os outros Estados, ela entra escrituralmente. Se Itaipu exportou cem milhões, então, ela entra escrituralmente. Se Itaipu exportou cem milhões, então, ela gerou 25 milhões de ICMS. E esses 25 conta como valor adicionado para o município de Foz do Iguaçu. Sabe o que está acontecendo?

Todos os municípios do Paraná estão subsidiando Foz do Iguaçu, porque, na verdade, Itaipu não recolhe um centavo de ICMS, mas na hora de distribuir, fica com a maior parte.

E hoje o nobre deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, tem em mãos o relatório constando os valores de ICM, os índices que cabe a cada município, e nós poderemos verificar lá que Foz do Iguaçu é um dos municípios que mais recebe ICM deste bolo, produção de todos os outros municípios do Paraná.

Por isso, quero aqui fazer um pedido, um pedido também ao nobre secretário Miguel Salomão: vamos esquecer a reforma tributária. Ela não vai acontecer. Ela não interessa ao governo federal, ela já resolveu o seu problema. Ela tem, não sei se receio de desequilibrar este tal equilíbrio, este controle da inflação, ou talvez romper alguma cláusula dos acordos que foram firmados com o Fundo Monetário Internacional. E ele não mexe. Digo isso porque quando deputado federal, era membro da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal e era membro da subcomissão da Reforma tributária. E a coisa mais difícil era conseguir reunir a subcomissão, porque o próprio governo mandava esvaziar as reuniões da subcomissão. O deputado Mussi sofreu horrores, porque ele não conseguia ler o seu relatório, porque não tinha quórum naquelas reuniões.

O SR. JOSÉ CARLOS GOMES DE CARVALHO

Deputado Carli, permite um aparte?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Com todo o prazer.

O Sr. José Carlos Gomes de Carvalho

Quero fazer coro com o deputado, quando diz que não sairá a Reforma Tributária.

Nós andamos o Brasil todo com o deputado Rigoto, com o deputado Mussademis, e a Reforma Tributária não acontecerá. Essa é a posição nossa, da Federação, da CNI, que não acredita mais. Por isso, acho que temos que trabalhar pela Emenda Constitucional, porque o senador Osmar Dias, brilhantemente, conseguiu a vigésima oitava Emenda Constitucional na área da prescrição do trabalhador rural. E não vejo porque nós não possamos lutar por essa emenda.

Era isso que eu queria dizer!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Concordo plenamente com o doutor Carvalho.

Agora, o que é importante, é a nossa união, é Associação Comercial, é Federação de Indústrias, são todos os segmentos organizados da sociedade para conseguirmos motivar. Porque veja, tive, como se diz a grosso modo, um “arranca rabo” com o então ministro Serra, que era ministro do Planejamento, quando esteve aqui no Paraná, e numa reunião lhe coloquei essa questão e ele quis dizer que não era verdadeira.

Então, nós sabemos que é verdadeira, está escrito, está configurado na emenda que ele apresentou. Então, nós temos que reverter este quadro, por isso a importância da união de todas as forças vivas para que consigamos este intento. E mais um ainda é preciso, quando nos alerta o secretário Miguel Salomão e quando a Aneel quer que os Estados reduzam em 20% o consumo domiciliar, vejam só, eu pergunto: quanto que vamos perder e quanto que os outros vão ganhar?

Então, é importante que tudo isso esteja no bojo das negociações e das reivindicações do povo paranaense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Segundo, orador inscrito, deputado Nereu Moura.

Peço a compreensão dos senhores deputados, vamos estabelecer cinco minutos para cada deputado, porque temos diversos deputados inscritos aqui.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, inicialmente quero saudar a presença das ilustres visitas que hoje temos a honra de receber aqui em nossa Casa, na Assembléia Legislativa. Cumprimentar Vossa Excelência, deputado Hermas Brandão, que desde quando assumiu esta Casa tem se notabilizado, tem aberto a Casa, tem fortalecido a Assembléia Legislativa, e esses eventos e as idéias que Vossa Excelência tem defendido, têm, na verdade, dado uma dimensão do que o Poder Legislativo do Paraná repre-

senta. Por isso, em nome do PMDB, partido que nós lideramos aqui nesta Casa, queremos parabenizá-lo.

Quero também ressaltar o trabalho do deputado Gustavo Fruet. O Congresso Nacional vive momentos amargos, momentos difíceis, percebemos aqui com muita angústia, as dificuldades que hoje passam pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos deputados, pelo Senado Federal. Mas o deputado Gustavo Fruet é uma bela revelação que o Paraná mandou para Brasília, tem se notabilizado com um trabalho digno, tem enaltecido a sua gente, tem sido um deputado responsável, sério e tem produzido, senhor presidente, nobres visitantes e senhores deputados, um trabalho que engrandece a todos, engrandece a política brasileira e sobretudo a política do Paraná. Por isso também, enorme do PMDB, quero parabenizar, em nome dos nossos colegas deputados, o deputado Gustavo Fruet, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo no Congresso Nacional.

Com relação à tese, o objetivo da reunião de hoje, senhor presidente, não no nosso entendimento, não ficou alguma dúvida em relação à importância de todos nós nos unirmos na defesa da mudança da legislação. Foi um erro pelo qual o Paraná pagou caro. Nós dependemos da união, não só de nós políticos independentemente de partidos a que estejamos filiado, mas de todos os Estados que sejam produtores de energia elétrica ou de petróleo, que também são vítimas desta mesma cilada.

Por isso, que essa campanha que Vossa Excelência, deputado Hermas Brandão, com muita competência, traz aqui, reforçando outras campanhas que já foram desenvolvidas pela TV Globo, pela Associação Comercial. A verdade deve a cada dia que passa se fortalecer, para que possamos chegar num momento de termos uma grande união política de todos os Estados produtores de energia, produtores de petróleo, para mudarmos a legislação brasileira. Este é um ponto.

Em relação ao enfoque dado pelo secretário Miguel Salomão, o que me deixou transparecer é que o secretário Miguel Salomão compreende que foi um erro dos governos anteriores, da política anterior, de investir no setor energético, no Paraná, porque segundo sua análise, isto se transformou num “mico” na mão do Paraná, porque a luz que nós compramos da Itaipu, compramos por um preço e vendemos por um preço menor, além do ICMS produzido na Itaipu, na Gerasul, também não recebemos porque a tributação se dá na ponta e não na produção.

Ora! Eu entendo, nobre secretário, com todo respeito, que um erro não justifica outro. E nós não podemos compreender que este problema de legislação, que temos que lutar, sim, para alterá-la, para que o Paraná não seja prejudicado, não sirva de justificativa para vender a Copel. Não sirva como justificativa para que nós tenhamos que abrir mão deste importante ativo do nosso Estado.

Creio que no nosso entendimento, o enfoque tem que se dar de outra forma. Temos que fazer uma luta

enorme em Brasília, para alterarmos a legislação, alterarmos a Constituição, aprovarmos a Emenda do deputado Gustavo Fruet para que os Estados produtores não sejam penalizados, como está ocorrendo hoje. Aí, naturalmente, terá todo nosso apoio, toda nossa força.

Agora, não podemos concordar que todo o esforço que foi feito pelo Paraná, toda esta visão voltada pelas pessoas que governaram este Estado, no sentido de fazer com que nosso Estado fosse auto-suficiente em produção de energia elétrica, que é um fator determinante para o nosso desenvolvimento econômico, industrial e social, possam, hoje, receber críticas, até fazendo uma alusão de que na verdade tenha sido um erro.

Por isso, quero aqui colocar, com todo respeito a Vossa Excelência, prestei atenção ao seu pronunciamento, de que nós não podemos concordar que um erro possa justificar outro erro. E para nós, a Copel é um ativo importante e deve permanecer, sim, nas mãos do governo, corrigindo este gravíssimo erro que foi na elaboração da Constituição de 88, quando deixou-se de taxar, que o produto produzido no Estado, como a energia elétrica e o petróleo, fossem na verdade taxados na produção e não na ponte final.

Eram estas, senhor presidente, as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo aos deputados que os questionamentos serão respondidos ao final, tanto pelo doutor Miguel Salomão, como pelo deputado Gustavo Fruet.

Tem a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, secretário, farei uma colocação que vai de encontro à sua exposição e se Vossa Excelência pudesse nos ouvir, agradeceríamos.

Primeiro, quero parabenizar o deputado Hermas Brandão, porque a Assembléia Legislativa vive novos tempos, no Paraná, e temos condições de debater abertamente todos os temas.

Aliás, secretário, aqui na Assembléia há um divisor de águas. Um é antes da discussão da venda da Copel e outro é depois. Eu acho que com o início da discussão da venda da Copel, houve aqui uma divisão muito clara.

Mas quero cumprimentar o doutor Carvalhinho. A gente, muitas vezes, tem falado que era necessário o Estado do Paraná ter vários “Carvalhinhos”, empreendedores, pessoas que têm realmente uma representação muito grande, juntamente com a Associação Comercial, juntamente com a Federação das Associações. E ao parabenizar, aqui, o que dispensa maiores comentários, é a emenda do deputado Gustavo Fruet que faz por merecer o título de representante do Estado do Paraná. E, também não quero aqui, fazer uma crítica ao ministro José Serra. Quando ele apresentou aquela emenda, era deputado federal de São Paulo, portanto, estava defendendo o seu

Estado. O problema é se não houver defesa do nosso Estado!

Parabéns ao deputado Gustavo Fruet, que faz essa defesa. Agora, formal, inequívoca, que exige uma união de esforços de todos os partidos, todas as entidades, enfim, de toda força viva da sociedade paranaense.

Mas, quero parabenizar o secretário Miguel Salomão, que é um homem inteligente, brilhante nas suas colocações, que não é dado a argumentações políticas e toda vez que apareceu a esta Casa, sempre teve habilidade nas suas colocações, enaltecendo o debate das idéias. Parabenizá-lo, porque entendi na sua colocação, desde o início ao fim, sua defesa intransigente da permanência da Copel, como empresa do nosso Estado do Paraná.

Parabenizo Vossa Excelência, por essa acertiva que faz, de que o Estado sacrificou os nossos cidadãos para investir, deputado Nereu Moura, na geração de energia. Coisa que outros Estados não fizeram, uns por falta de vontade política, outros porque era impossível.

Além de ter uma empresa estatal que pudesse fazer esse desenvolvimento, esse trabalho, obrigatoriamente deveriam ter algo impossível: um Rio Iguaçu, como tem o Estado do Paraná, e também o potencial hidrelétrico que temos aqui.

Uma pergunta, secretário Miguel Salomão, Vossa Excelência que é paranista, que declarou aqui não ter partido. Em nome do Paraná, será que a energia que estamos passando do nosso Estado para outros Estados, será que num belo programa doutor Carvalhinho, de incentivo à industrialização, com o diferencial de energia, nós não teríamos o consumo maior de energia no nosso Estado? Ao invés, de nós estarmos dando o subsídio para Santa Catarina e para outros Estados da Federação, desenvolver a indústria?

Nós poderíamos usar a nossa energia. Desde que, ao invés de pensarmos em vender a Copel, o Estado pegasse, agora que sacrificou a nossa população, durante 50 anos, para ter a geração que tem, dizer o seguinte: “Olha, a partir deste momento, estabelece no Paraná, um projeto de industrialização”. Podemos nos basear exclusivamente não em barracão industrial, não em terrenos que as prefeituras nos possam dar, mas sim, doutor Carvalhinho, no diferencial da energia, que podemos utilizar.

Esse é o primeiro ponto. O segundo, e se agora, o Estado que tem a geração, tem um superávit, graças a Deus, de energia aqui. Será que vendendo a Copel, quanto vão pagar aqui, os nossos membros da Associação Comercial do Paraná e da Federação das Indústrias? Quanto vamos pagar da nossa energia no apagão que está dando no Brasil inteiro? A empresa privada que em uma oferta de energia do Mato Grosso do Sul, da compra de energia do Paraná, vai dizer o seguinte: “olha, queremos fazer um contrato com a Copel.” Vamos colocar o seguinte, a Copel transformada no nome de quem adquirir esta bela empresa, com o sacrifício do povo do

Paraná, vai dizer o seguinte: “O Mato Grosso do Sul vai fazer aqui um convênio para aquisição, uma licitação”. Eles vão adquirir energia produzida no Estado do Paraná, que está na mão de uma empresa privada. Quanto vamos pagar aqui? As nossas empresas, as que estão aqui hoje? Vai acontecer como em algumas áreas, com relação a essa falta de energia no País.

Nos outros Estados, a Aneel coloca agora, uma obrigação de racionalizar, 20%. E Vossa Excelência coloca como propriedade 20% da energia residencial, nós que temos superávit. Imagine a hora em que tivermos que dispor desta energia, sem podermos reclamar?

Se hoje, deputado Gustavo, temos a força política do nosso Estado, temos o governador, senador, os deputados federais, deputados estaduais, que podemos brigar por algo que seja injusto, como é o caso da legislação, pergunto: a quem vamos reclamar, quando a nossa energia é gerada aqui? Do recurso tirado da escola, do recurso tirado do posto de saúde, do recurso tirado de toda a população para fazer esse parque de geração que temos? Estar servindo a outros Estados da Federação, e não poderemos absolutamente, reclamar nada a não ser por conta do mercado?

Então, na minha opinião, Vossa Excelência faz uma defesa, com exceção da parte final do seu pronunciamento, intransigente, do valor que tem a energia no Paraná.

Acho que nós, aqui na Assembléia Legislativa, recebemos do secretário Miguel Salomão, um argumento fundamental para que continuemos a debater, no sentido de encontrar aqui uma alternativa, de não vender a nossa Copel.

Porque se a energia hoje, se debate em todo o Brasil a ponto de se chamar os secretários de todos os Estados, para o Brasil tomar uma posição através da Aneel, do racionamento de energia, nós que passamos todo esse tempo em uma missão de “estadistas”, dos nossos governadores, de fazer a Copel, no momento em que está faltando energia, vamos vender a Copel?

Quer dizer, me parece, realmente, um contra-senso neste sentido, e acho que para o Estado do Paraná, o grande diferencial para atração das empresas, de formarmos um parque industrial fortíssimo, era oferecermos aquilo que o Estado fez com tanto sacrifício, que é a nossa geração de energia, à disposição.

Aí, não precisa! Por força deste contrato que tem a Copel com a Itaipu, na sua construção. Pois bem: que a Copel pegue a energia que tem que comprar da Itaipu e venda para os outros Estados depois. Pode até vender. Mas a energia por nós produzida aqui, vamos nós consumi-la, no exemplo claro de paranismo, em defesa do desenvolvimento do nosso Estado, em defesa da nossa população.

Era essa colocação.

Parabéns, deputado Gustavo Fruet, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de passarmos a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni, o nosso secretário, Miguel Salomão, gostaria de responder a Vossa Excelência.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Na verdade, gostaria de pedir desculpas ao deputado Augustinho Zucchi, de tê-lo levado a interpretação equivocada, de que somos, realmente donos de energia. Privatizada a Copel, ou continuando estatal, a energia não é nossa! Até abusei um pouco, quando citei o filho do deputado Neivo.

A Copel hoje, mesmo estatal, é concessionária da Aneel, que tem poderes plenos para fixar o preço de energia, para onde manda a energia, e o senhor Mário Santos, que é o operador nacional do sistema, é quem determina o nível dos reservatórios. Ele acabou de determinar agora que a Itaipu vai baixar para a cota 213, vamos consumir água aqui, para não consumir água nas regiões onde não está chovendo.

A energia não é nossa! As ações são nossas!

Mas, toda decisão que vai fazer dar lucro ou vai dar prejuízo, não nos pertence. Somos concessionários de um serviço, cujo poder concedente é monopólio da União, que através da Aneel dita tarifas, preços, regras, concede ou não autoriza...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Só uma pergunta: se consumirmos aqui, 20% a mais da energia que estamos consumindo hoje, produzida pela Copel, a Aneel pode tirar essa energia que está na nossa fábrica aqui?

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Pode! É exatamente isto que estou dizendo, mesmo sem privatizar a Copel, se vier o plano de racionamento, a Copel está obrigada, por esse acordo que assinamos, a substituir lâmpadas nas residências mais pobres, aquela lâmpada incandescente, e colocar essa outra lâmpada que economiza bastante, mas que é muito cara. Custa R\$20,00.

A Copel está obrigada a trocar de graça a lâmpada nas casas das famílias paranaenses, para consumirem menos energia, e ela vai pagar nova lâmpada. Por quê? A eletricidade no País, deputado, é monopólio da União. O poder concedente é a União, e as empresas estatais, dos Estados, são apenas concessionárias que têm que assinar contrato com a Aneel para executar serviços, exatamente de acordo com as regras que a Aneel estabelece.

A mesma coisa, a água do reservatório, não é porque o reservatório está aqui no Rio Iguaçu que a água pertence a nós, paranaenses. Se o operador nacional de sistemas, senhor Mário Santos, entender que o reservatório da região Sudeste está com 7%, é loucura gastar essa água, então ele vai mandar baixar o nível.

Então, vou ler para o senhor aqui, bem rapidinho, só por exemplo, a medida aprovada agora nesta reunião que participei, sobre Itaipu. Está escrito assim:

Primeira medida - o uso do volume da usina hidrelétrica de Ilha Solteira entre as cotas 323 e 314, importação de energia da Argentina por corrente contínua e Itaipu; Terceiro - maximização da geração da termoeletrica de Cuiabá - Quarta, utilização do volume de Itaipu até a cota 215,5 metros, aqui em relação ao nível do mar, isto gera mais 1800 megawatts/mês e ele manda parar de gastar água de reservatório. Por que? Porque é um interesse soberano do País. O País tem que ser salvo. Se faltar energia elétrica num hospital, numa empresa do Nordeste, e a gente aqui no Paraná estiver gastando em ar condicionado em residência, dá para dizer, olha, baixa na sua casa 20%, não use ar condicionado.

Então, é uma questão de solidariedade. Hoje tem notícia muito boa no jornal, a Aneel decretou intervenção no mercado aberto de energia, mercado de energia aberto, ou seja, extinguiu o comando executivo no mercado, puxou para ela para evitar o chamado efeito Califórnia, ou seja, aqui não vai acontecer o que aconteceu na Califórnia, o mercado atacado de energia já está na mão do regulador que regula o preço na ponta do consumo.

Então, é um modelo bem diferente. Eu estou citando isto, deputado até pedindo desculpas de ter passado a idéia equivocada de que nós mandamos na energia.

Não, nós só temos as ações.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não, tenho esta compreensão, secretário, apenas o seguinte, se nós consumimos hoje aqui 20%, digamos que nós tivéssemos o consumo de 20% a mais do que estamos consumindo hoje, o País não poderia, a Aneel não poderia retirar, ela pode diminuir a intensidade do foco para racionalizar o uso, mas não poderia tirar das nossas indústrias aqui da mesma forma que não está tirando de Santa Catarina e do Mato Grosso.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Indústria, no País, todo tem o mesmo tratamento, o superfluo, o mesmo tratamento.

O Carvalhinho citou bem, nós só não estamos mandando mais energia porque a União não agüenta. Estamos citando mais união paralela porque acima de 5 mil megawatts cai, dá apagão, energia tem de sobra na turbina - se colocar na linha de transmissão para São Paulo cai, apaga. Então agora estamos aí com uma licitação para uma segunda linha de transmissão - a hora que tiver estrada para sair energia daqui, o que determina o uso de energia no País, independentemente de limite de Estados, entre indústria habitação, e a Aneel é ela que fixa o preço. O jornal de hoje, Valor, cita a possibilidade de eles usarem tarifas punitivas para quem não cumprir; caso venha o racionamento de 20% quem não cumprir estará sujeito a uma tarifa punitiva no País, fixada pela Aneel.

Por favor, a energia não é nossa. Nós somos donos das ações, no nosso território estão as barragens, mas quem determina quanto de água sai da barragem, quanto vira a turbina, para onde vai é o comando do sistema elétrico brasileiro que é a Aneel e é o operador do ONS, Operador Nacional do Sistema.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dando continuidade, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Em primeiro lugar, quero parabenizar o deputado Gustavo Fruet, que junto com outros deputados federais, já tentaram corrigir uma grave distorção que é o ICMS devido ao Estado do Paraná, e quando a gente fala em ICMS falamos em Receita para o Estado e eu fico muito preocupado, porque li na Gazeta do Povo de ontem o governador do Estado do Paraná dizendo, tem uma fotografia dele dizendo de que não tem alternativa, por isso que ele vai privatizar a Copel.

Eu quero lembrar que o secretário, hoje do Planejamento, na época secretário das Finanças, esteve aqui na Assembléia em 95/96, quando o Estado tinha necessidades de investimentos, o senhor Miguel Salomão, mandou, encaminhou, para a Assembléia legislativa, pedido de autorização para alienação de ações da Companhia que seriam interpostas junto ao BNDES para alavancar recursos para o desenvolvimento do Estado do Paraná, dando as ações como caução. então, grande parte das ações da Copel já foram negociadas com a BNDES-Par, o senhor Miguel Salomão sabe disso.

Outra questão, que eu gostaria de abordar é a de que o senhor Miguel Salomão, secretário de Finanças, enviou para a Assembléia Legislativa um projeto prevendo o saneamento do banco do Estado.

Na época era necessários 800 milhões, para sanear o banco. Esse projeto não foi concretizado. A dívida pulou para um bilhão e 600, e terminou com cinco bilhões e 600. E, hoje, os paranaenses do ICMS, aliás, é bom que São Paulo nos restitua, porque estamos comprometidos durante 30 anos, pagando quase 30 milhões, por mês de ICMS, das receitas líquidas correntes do Estado do Paraná, quase 360 milhões/ano, sem a correção em relação aos problemas relativos ao Banco do Estado.

Digo isso, doutor Salomão, para mim, enquanto paranaense, não ficar discutido bem claro, olho no olho, com sinceridade, o que foi feito com a Banestado Leasing - uma colega sua do banco central disse em um programa de televisão no Senado Federal, que uma quadrilha se apossou do Banco do Estado do Paraná, ocasionando um rombo de 367 milhões.

O senhor me perguntaria: deputado Vanhoni, o senhor está fazendo acusações levianas? Não, estou reproduzindo aquilo que já foi dito pelo próprio Banco Central, por uma colega sua, Tereza Grossi, diretora de fiscalização do banco. E o deputado Hermas Brandão vai perguntar: deputado o que isso tem a ver com a discussão

de ICMS? Tem a ver com a discussão de ICMS, porque é da forma como o dinheiro do Estado do Paraná está sendo gasto.

É o ICMS que está arcando com os custos desse endividamento brutal do nosso governo.

Aí, Vossa Excelência fala da Copel. Não quero eu falar da Copel, um deputado do PT e nem, deputado Augustinho Zucchi, Bresser Pereira, ministro do Fernando Henrique Cardoso e quando o alto tucanato que governa o nosso País, esses mesmos que dirigem a Aneel, pensam no Brasil, uma das pessoas que tem assento principal é Bresser Pereira, ele disse claramente: privatização, sou a favor, 100% a favor; na Folha de São Paulo, de segunda-feira passada. O setor elétrico sou contrário. Por quê? Por uma razão muito simples: não há como as regiões sul e sudeste do nosso País, o setor de energia elétrica se desenvolver com base nos rio. O futuro do Brasil e, aliás, foi uma medida que o próprio Fernando Henrique e a Aneel fizeram, estão nas termoeletricas.

O custo da construção e da operação da energia com termoeletrica é muito mais caro. Se o resultado da privatização de uma Copel - isso ó Bresser falando - de uma Cemig, de uma Furnas, de uma Cesp, significa que a iniciativa privada ao ter esse custo de energia barata, quando daqui a três, quatro anos, a tarifa estiver sendo balizada pela energia das termoeletricas, porque é o preço no topo, sabem o que vai acontecer?

O lucro da Copel vai passar de 540 milhões para um bilhão e meio, vai passar para dois bilhões. O senhor sabe qual é a participação do Estado no lucro da Copel, sem mexer no seu lucro, só a participação do Estado, é perto de 1/3.

Gostaria que o senhor, como secretário de planejamento, amigo e conselheiro do governador, lhe levasse a seguinte sugestão: governador, temos um problema de pagamento da receita e de despesa do Estado corrente. É verdade isso e o senhor sabe. Temos uma fórmula de resolver o problema. Vamos liberar a folha. Vamos capitalizar o Fundo de Previdência - já discutimos isso na época dos royalties de Itaipu. Vamos caucionar a participação do lucro do Estado na Copel, nos próximos dez anos. Vamos lá com o Gustavo Fruet e com os 30 deputados pegar um bilhão e meio do BNDE, porque empresta. Caucionamos o Fundo. Libera 80 milhões por mês do ICMS do Estado do Paraná. Essa é uma boa medida. Não precisa privatizar. Garante os lucros dessa empresa. É um grande instrumento de desenvolvimento estratégico para o Estado do Paraná. Não é a Aneel que faz o desenvolvimento estratégico. Se a Copel quiser construir uma subestação em Pinhais, para ajudar a Renault a ter mais carga elétrica para poder aumentar o seu parque industrial, a Copel pode fazer isso. Se a Copel quiser dar energia para a Região do Norte Pioneiro ou para a região de Arapongas ou para a região de Santo Antonio da Platina a preços menores, com o Estado subsidiando,

pode fazer isso, abatendo do seu lucro, tranqüilamente, da participação do Estado, é um grande instrumento.

Então o senhor o homem que pensa a estratégica, que está preocupado com o desenvolvimento do nosso Estado, eu sei dessa sua preocupação, leva esta idéia para o governador: - governador, nós podemos buscar no BNDES um bilhão e meio, vamos caucionar o lucro da participação do Estado da energia elétrica, da Copel, 1/3 do Paraná, tranqüilo, pomos um bilhão e meio no Fundo, já tem lá os royalties de Itaipu, o Fundo vai gerar dinheiro suficiente, desonerando a folha em 80 milhões, 70 milhões, todo mês.

Isso é perto de 700 milhões ano que dá para o governo do Estado pagar as suas receitas, pagar seus convênios com as prefeituras e ainda fazer os investimentos.

Então essa é a saída, e não abrir mão de um patrimônio que vai ter energia barata, nos próximos 5, 6 anos.

Aliás, o próprio Ingo, que esteve aqui na Assembléia, há questão de 15 dias atrás, disse: “Nós podemos construir no Rio, porque o resto é termoelétrica pequeninha, mas no rio Iguaçu ainda, está reservado Capanema, para fazer perto de 800 MW”. A usina da Salto Caxias gera 1000 e poucos, quer dizer, nós temos quase uma Salto Caxias para construir no rio, que é energia barata. Ninguém, no Brasil, pode ter isso, ninguém! Então nós vamos ser geradores, vamos ter uma lucratividade enorme, ajuda o Estado, a receita do Estado se fortalece, desenvolvemos o Estado e não abrimos mão de um instrumento de desenvolvimento econômico!

E Vossa Excelência tem razão, a indústria é que mais sofre com a alta do preço, com falta de energia, com os problemas, e nós queremos industrializar o Paraná, nós queremos que o Paraná seja um grande pólo de desenvolvimento industrial. Então, por favor, corrija o governador deste erro estratégico e aponte algumas alternativas. Eu tenho certeza que se os 30 deputados, a Associação Comercial, a FIEP, a Assembléia Legislativa inteira e os 3 senadores forem ao BNDES, eu tenho certeza, porque lá tem o Álvaro Dias, o Osmar Dias, que são do Partido do presidente da República, tem o Jaime Lerner que é do PFL que dá sustentação ao presidente da República e vão ter todos da Oposição.

Juntos nós queremos que o BNDES nos empreste um bilhão e meio, esta a forma de pagamento, 1/3 dos lucros da Copel, todo ano. E aí o Estado do Paraná pode projetar o seu futuro, porque resolve o problema da folha de pagamento, tem dinheiro para investimento e não abrimos mão da Copel, e vamos arrecadar mais ICMS se a medida do Gustavo Fruet ainda for aprovada na Constituição. Imaginou que Estado belíssimo que vamos ter?

Acho que a gente tem que pensar grande, os desafios maiores, enquanto governo, enquanto esfera pública, é que nos chamam.

Obrigado.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Eu peço licença ao presidente Hermas Brandão, mas quando ele me convidou foi bem preciso: Salomão, nós vamos falar de ICMS e não de privatização da Copel. Mas estou vendo que, democraticamente, o presidente está nos dando oportunidade de entrar no tema. Só lamento que talvez o tempo para avançar, num tema desses, seja pouco.

Primeiro, pedindo desculpas ao deputado Nereu Moura, que eu respondi à pergunta do deputado Augustinho Zucchi e não me reporte à sua. O senhor tem toda razão, a crítica que eu fiz aos governos passados não foi aos governos passados, eu falei, nós paranaenses. Por quê? Porque era uma ditadura militar, a lei que manda a gente comprar de Itaipu energia, mesmo que não se precise dela, foi assinado por Emílio Garrastazu Médici, em 1973! Eu não estou culpando, acho que o governador, em 73 era o Parigot ou Emílio Gomes, meu Deus do Céu, são grandes homens, o Ney Braga, Richa, puxa, não há quem admire mais do que José Richa, companheiro do tempo de estudante, eu não culpo nenhum governador! Só acho o seguinte, está na hora de parar e dizer o seguinte: Olha, governo federal, quer que eu faça hidrelétrica, eu faço, sou sócio, mas, por favor, pare de meter a mão no meu bolso exigindo que eu mande energia a R\$37,00, sem ICMS. Aprove a emenda constitucional do deputado Gustavo Fruet, porque não é possível continuar mais com isto!

Também peço desculpas ao senhor se induzi a idéia que eu critiquei os governadores. Não faria isso, nunca, ainda mais governadores como José Richa, como Parigot, pessoas que participaram de toda construção do setor elétrico, no Paraná.

O SR. NEREU MOURA

O Álvaro Dias fez uma usina e começou a outra no governo do Requião, Caxias e Segredo.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

No caso de Caxias, citado pelo deputado Vanhoni, são 1.240 megawatts e, pela primeira vez e agora, já começo a responder ao deputado Vanhoni, nós conseguimos fazer com o dinheiro dos americanos, sem pagar juros para eles.

Eles compraram no dia 30 junho de 97, 550 milhões de dólares em ações novas da Copel, a 18 dólares por mil ações, hoje daria 36 reais. Hoje, a ação no mercado está valendo 11, 12. “Eles micaram”; compraram papel muito caro.

Com esses 550 milhões de dólares, a Copel fez Salto Caxias praticamente sem endividamento.

Por quê eles fizeram isso?

Porque eles acreditaram que o novo sistema elétrico brasileiro, já definido na Lei de privatização, de 95, já com a Aneel é um setor novo e competitivo, onde as empresas iam poder ser competitivas, está em Bolsa de Valores etc.

Só foi possível isso, porque nós nos conscientizamos, as ações que estavam supervalorizadas, valiam menos que o valor patrimonial e, usando fizemos a caução, eu simplesmente copiei, não como decreto. Tivemos o cuidado de fazê-lo sobre a forma de projeto de lei e passar por esta Casa.

Copiei um decreto do governo anterior, assinado por três ilustres figuras do Estado, o governador Roberto Requião, Mário Pereira, como secretário dos Transportes, Eron Arzua como secretário da Fazenda.

Esse decreto autorizava a entregar as ações da Copel, em caução, ao Unibanco para garantir o financiamento dos trilhos com o que se faria a Ferrovia Guaruapuava-Cascavel, uma obra de interesse do governo federal.

Nós copiamos exatamente o texto do decreto Requião, sob a forma de projeto de lei, e fizemos passar por esta Casa.

Tive a oportunidade de dizer isso ao senador Requião e ele, com o seu espírito de humor, realmente, magnífico, fez um comentário que não esqueço até hoje.

O senador Requião perguntou - Como é que vocês estão dando em caução, ações da Copel?

Respondi - Senador o mérito é seu, eu só copiei o seu decreto, só que fiz passar pela Assembléia.

Ele disse: Eu fiz isso?

Respondi - Fez. O Senador disse - É para você ver que ninguém é perfeito.

Não esqueço esse senso de humor dele, o espírito de justiça, porque nessa hora a coisa realmente fica indiscutível. Na verdade o Requião não estava errado quando caucionou ações da Copel.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Está errado vender, caucionar não é o problema. Caucionar, pode.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Se não pegássemos o empréstimo. Eu que paguei. Coube a mim, na Fazenda, liquidar o empréstimo no Unibanco para não perder as ações. A mesma coisa nós fizemos quando procuramos o BNDES e realmente havia necessidade de retornar a ponte de Guaíra que estava parada, a Ferroeste que estava parada, e a BR-376 até Garuva, que estava parada, nós tínhamos que terminar aquelas obras. Aí, surgiu a idéia de fazer o papel da Copel se valorizar e a melhor maneira de se fazer o mercado conhecer o papel. Então, foi idéia do próprio Cássio Tanigushi, brilhante, que apóio até hoje no parlamento, de criar uma SPC, uma companhia com finalidade especial chamada Paraná Investimentos, para emitir debêntures, lastrear em ações da Copel e o BNDES financiar com juros muito mais baixos do que os aros que todos os governadores fizeram em 95. Nós não fizemos nenhum aro em 95, nunca pegamos um tostão do Banestado.

Graças a isso, a ação da Copel saiu 4 reais, 5 reais, que ela valia, para aquele valor que teve na bolsa de Nova

Iorque de 18 dólares, quando a Copel captou os 550 milhões de dólares, que lhe permitiram fazer Salto Caxias.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Aí, o senhor não lembrou de uma coisa, me desculpe, precisa ser registrado isso. Porque as imagens da TV Globo têm isso registrado.

Os senhores mandaram um projeto para cá, para vender as ações da Copel, pedindo a liberação de vendas das ações da Copel, quando o valor era 4 reais.

Nós impedimos isso e foi uma dura luta. O Jaime Canet deu uma entrevista, o João Elísio, o José Richa, todos os ex-governadores, inclusive, o ex-governador, falecido Ney Braga. Foi depois dessa luta, que o governo recuou da venda por 4%, porque senão o seu governo ia vender as ações por 4% e oito meses depois fez esse negócio lá em Nova York e eu acompanhei isso muito bem, porque eu era de uma comissão que acompanhava. Vendeu por 18 ou 19. Não é devido à ação do governo. É resistência da Assembléia e da sociedade.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Obrigado mais uma vez. O senhor reaviva a minha memória e me permite acrescentar algumas informações. A autorização da Assembléia era bem genérica: autorizava a fazer tudo, vender, dar em caução, etc. Nós não vendemos. Nós emitimos debêntures com prazo de 18 meses para trabalhar a ação e só vendê-la na alta. Não vendemos nenhuma ação a 4 ou 5 reais e só pudemos vender na alta porque ela foi trabalhada no mercado de capitais pela emissão das debêntures.

Lembro-me bem da emenda da lei: "Autoriza vender, dar em garantia, etc, etc..." Foi o deputado Anibal Khury, quando aprovou, mandou cópia para nós.

Nós não vendemos naquele preço, mas usamos o poder de securitizar, para que o mercado colocasse os olhos nas ações da Copel e aí começou a análise da empresa. Nós temos mais de vinte chamados "road shows" que são reuniões com grandes investidores. O Ingo mostrando o que é que era a Copel, e eu mostrando o que é que era a potencialidade do Estado do Paraná. Graças a isso é que chegamos àquela cotação em Nova York. Agora, havia também a confiança no nosso sistema elétrico brasileiro, a partir da Lei de Privatizações que já existia de 95 e a da criação da Aneel, que foi em 97.

O BNDES ia nos adiantar o dinheiro para o Paraná previdência em troca da caução dos lucros da Copel. O lucro significa um rendimento variável. Não é renda fixa. Se nós déssemos ao BNDES um Título de Renda Fixa em que o devedor fosse bom, ele certamente faria, não para o Estado. Agora, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, há um contingenciamento de crédito ao setor público. Os Bancos não podem emprestar para o setor público, além da mesada que o Banco Central determina, mas ainda que houvesse essa folga, o BNDES só aceitaria emprestar para nós,

em troca de papéis com renda fixa, porque com renda variável é impossível avaliar e arbitrar quanto, para adiantar uma parte daquilo.

Então essa operação, do ponto de vista bancário é absolutamente impossível, não tem como ser viabilizada, por falta de garantia, e a sua idéia realmente é boa. A gente tentaria viabilizar, se o BNDES concordasse em receber em garantia, uma renda incerta e variável.

Geração, é o filé mignon.

Não sei se o presidente concorda que eu entre no assunto "privatização da Copel", porque não faz parte da agenda, mas eu teria o maior prazer em entrar. É um assunto que me agrada muito e não sei como é que está o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nas considerações finais, o senhor pode entrar, posteriormente.

Concedo, pela ordem, a palavra ao deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, senador Carvalhinho, secretário Salomão.

Em primeiro momento temos que enaltecer a todos aqueles que já fizeram essa tentativa de modificar a Constituição Federal, o deputado Ribas Carli, o deputado Haully, e agora, o nosso companheiro, Gustavo Fruet.

Quando presidi a Assembléia em 93/94, o deputado Brandão era o meu primeiro vice-presidente, e naquela oportunidade, juntos decidimos criar o Conselho Parlamentar do Sul, Copasul e hoje Parlasul que é presidido pelo deputado Caíto Quintana e uma das coisas principais que debatíamos nas reuniões dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, era justamente essa questão da imunidade tributária estabelecida para petróleo e seus derivados e energia elétrica.

Produzimos estudos maravilhosos com o apoio da Secretaria da Fazenda, do pessoal da Eletrosul, da Itaipu - Secretaria da Fazenda, na época - o doutor Eron Arzua e fizemos naquele momento uma grande caminhada, buscando eliminar isso que se tornou para nós um grande problema e que se transforma em prejuízos permanentes ao Paraná, na sua arrecadação. Não conseguimos naquele momento modificar a Constituição Federal e o deputado Ribas Carli, naquela ocasião, também se esforçou para isso, o deputado Haully e outros parlamentares federais também se empenharam e nossos senadores.

Vivemos hoje, realmente, um novo momento. Mas, antes ainda deste momento, que é a proposta de emenda constitucional do deputado Gustavo Fruet, o assunto - imunidade tributária - essa questão do ICMS da energia e do petróleo quando vendido para outros Estados, deixou, talvez, de ser tratado nessa proposta de emenda constitucional, porque existia a expectativa - já que se falou tantas e tantas vezes na bendita reforma tributária. Lembro

que junto com o presidente Nelson Justus, desta Assembléia, e mais, pelo menos, uns 20 presidentes de Assembléias, estivemos no início do ano de 2000 na residência do Michel Temer, almoçando com ele. Nos reunindo com ele. Depois fomos a uma reunião na Comissão Especial de reforma tributária e, naquela ocasião esse tema foi também colocado por nós e por outros parlamentares de Estados que tinham interesse em ver eliminada a questão da imunidade tributária do petróleo e seus derivados e da energia elétrica.

Por isso, neste momento, me somo e me entusiasmo, novamente, Gustavo, com essa sua iniciativa. E me coloco à sua disposição para que possamos fazer um trabalho principalmente junto às Bancadas Estaduais, dos Estados que têm ganho essa modificação da Constituição. E tenho certeza que neste instante ou nós viremos a conseguir mudar a Constituição em cima desse trabalho que deve se transformar numa pressão permanente e que não deve haver, daqui para frente, nenhuma desmobilização não só do Paraná mas desses Estados que são beneficiados. Ou tentamos mudar a Constituição ou fazer com que esta reforma tributária aconteça para beneficiar o Estado do Paraná.

Pessoalmente acredito ser possível encontrarmos um mecanismo, sim, apesar de toda essa problemática da legislação bancária, de não permitir novos financiamentos ao Poder Público. Mas deveremos encontrar, sim, em cima da argumentação política, em cima da pressão política, um caminho que possa levar o Estado do Paraná a conseguir este financiamento junto ao BNDES, com a garantia do lucro ou com a garantia das outras receitas que o Paraná têm: Fundo de Participação do Estado, o próprio ICMS que o Estado tem como demonstrar - porque tem capacidade para pagar. Até demonstrando que a capitalização do Fundo desonera a Folha de Pagamento em cerca de 70, 80 milhões por mês e isso pode ser uma demonstração de que vamos ter condições de pagar esse empréstimo. Temos que buscar esta alternativa. E o próprio governador, na tentativa que deu, disse que se tivesse outra alternativa ele não privatizaria a Copel, que não é da sua vontade pessoal. Se tivesse uma outra alternativa, ele a assumiria e não abriria mão desse importante instrumento que temos, que é ter em nossas mãos a possibilidade de gerar, de transmitir e distribuir energia ao povo do Paraná.

Para fechar, diria que a gente nunca pode pensar que não existe uma outra alternativa. E até ontem, em casa, lendo a entrevista, disse à minha esposa e ela foi até buscar nossos arquivos no escritório, o texto bíblico que demonstra isso, para nós, com toda clareza: Abraão certamente quando subiu ao monte para atender um chamado de Deus para que imolasse o seu filho, como uma demonstração de sua fé, da sua firme obediência a Deus, talvez naquele momento, não imaginava que tivesse uma outra alternativa; talvez não tivesse. Tanto que fez o filho carregar o lenho, fê-lo preparar o altar, para que pudesse ali imolá-lo e oferecê-lo em sacrifício a Deus. Mas outra

alternativa apareceu. Deus mesmo apareceu para oferecer a alternativa, que foi o cordeiro que finalmente foi imolado e o filho pode ser salvo.

A Copel poderá ser salva. A Copel poderá permanecer nas mãos do poder público do Paraná para alavancar o desenvolvimento deste Estado, como fez ao longo destes mais de 40 anos. Basta que queiramos que isso aconteça, basta que lutemos para que isso aconteça, basta que busquemos viabilizar todas as alternativas que possam surgir. Mesmo, de repente, aquelas inimagináveis. Eu pelo menos imagino que elas existiam, mas basta que nós, num primeiro momento, tenhamos a disposição de dizer, olha, nós não vamos vender a Copel, vamos buscar alternativas para que isso possa ser impedido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Diante do espírito democrático desta Assembléia, abrimos espaço também para as entidades se manifestarem.

Passamos a palavra ao presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Estado do Paraná, senhor Rui Cichella.

Excelentíssimo senhor deputado Gustavo Fruet autor desta emenda, emenda que eu já começo a chamar de emenda Gustavo Fruet, senhor secretário Miguel Salomão.

Gostaria de fazer algumas colocações a respeito deste artigo, inciso 10, letra B, que na verdade dá a impressão que este artigo vem beneficiar a tributação no consumo. E não é verdade isso. O que acontece? O artigo, na verdade, dá imunidade à venda interestadual. Trabalho com petróleo, com combustível, vivo bastante esse assunto e durante esses anos todos vivemos sofrendo com ações judiciais e até com sonegações, que se aproveitam deste artigo, dessa situação.

Aqui nesta Casa, já teve uma CPI dos Combustíveis. E se observarmos o que o artigo diz, toda vez que vendo para um Estado vizinho há um consumidor final que é imune. E esse consumidor tem o direito de não pagar o ICMS, porque a Constituição assim o permite, porque não cria o fato gerador. Aí existem demandas, até vários Estados; o Paraná passou a tributar na entrada do Estado. Só que isso abriu espaço para uma série de ações judiciais, que estão continuando, embora fecha-se a porta, criando a substituição tributária aqui e ali, mas dá um transtorno enorme para as pessoas que trabalham, que pagam os impostos corretamente.

Então, venho parabenizar o deputado Gustavo Fruet e dar o meu apoio e dizer que não só o Paraná vai ganhar com esta emenda do Gustavo Fruet, mas também o Brasil inteiro e muitos Estados, que a princípio não imaginam que vão ter um resultado significativo. Mas vão ter resultados nas sonegações de ICMS, principalmente no setor dos combustíveis. Na energia elétrica não posso dar todos os dados, mas também está na Constituição toda vez que a Copel vender diretamente para um

consumidor que está em outro Estado, essa é imune. E nós temos enormes pendências judiciais, que vão reverter essa situação, porque está amparado na Lei Constitucional. Então, temos que fazer um esforço em conjunto, deputados estaduais e federais, para resolver este problema.

E até queria fazer minha consideração de que o secretário Miguel Salomão colocou muito bem, seria importante se conseguíssemos fazer uma reforma tributária para se tributar o consumo, que esse é o correto, a melhor forma de tributação. Porém, esse artigo não faz isso e não há essa reforma tributária. Então, temos que dar um jeito de acabar com isso que está penalizando, principalmente o Paraná. Até pelos dados que o deputado Gustavo Fruet tem, o Paraná é o que mais se penaliza por essa forma de tributação, desse artigo, que a princípio, o legislador, então deputado José Serra, tinha o interesse talvez, de defender o Estado de São Paulo, mas hoje não o defende mais, porque o próprio Estado de São Paulo vai ter uma pequena vantagem se mudar esse artigo, em detrimento de vários Estados no Brasil.

Essa é a minha colocação. Em, como representante da classe empresarial, venho defender o Paraná e defender a seriedade, a honestidade no Brasil inteiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós agradecemos.

A seguir, o diretor executivo da Associação dos Produtores Agrícolas do Paraná, Avipar, doutor Icaro Fister.

O SR. ICARO FISTER

Só em nome da Avipar, em nome de seu presidente, senhor Paulo Nuniz, gostaríamos de cumprimentar a Casa em nome do presidente Hermas Brandão, pela oportunidade de poder ser discutido esse tema tão complexo.

Já houve a entrega de uma correspondência à presidência da Casa, fazendo esse agradecimento, também agradecendo ao deputado Gustavo Fruet, agradecendo também o pronunciamento, digamos, do nosso secretário de Planejamento, Miguel Salomão, reafirmando sempre os prejuízos do Estado do Paraná em relação à energia ou ao ICMS.

Gostaria de aproveitar algumas palavras do presidente Rui Cichella, dizer que tomara que as determinações do deputado Gustavo, elas possam “fruetizar” dentro da sequência dos casos.

Seria até repetitivo aqui, dizer das dificuldades das agroindústrias, principalmente a agroindústria transformadora do produto primário, como é a avicultura, em relação ao ICMS. Neste momento, perfeitamente entendível, a dificuldade da energia elétrica. E também, complementando, as dificuldades hoje que a agroindústria está sofrendo em relação a um ICMS total dentro da tributação que hoje o setor é onerado.

Então, simplesmente agradecer essa possibilidade de poder falar, neste momento, e solicitar, enfim, a esta Casa, que possa ouvir o setor agroindustrial e rever alguns conceitos de tributação, para que realmente o setor de transformação possa ser sustentável neste momento.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós agradecemos.

E concedo a palavra ao último orador inscrito, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, ilustres membros da Mesa. Gostaria de registrar aqui, talvez a inapetência de muitos deputados para a discussão. Reclama-se muito, secretário, nesta Casa, a ausência de secretários, do governo, e na hora que a oportunidade aparece, a Assembléia está ausente.

Como é estilo meu fazer o registro destas coisas, quero deixar aqui o meu desalento. Sim, em relação a tudo isto. Este assunto talvez seja o mais importante que o Paraná tem a discutir. Aliás, nós tivemos um desvio aqui, na discussão, mas acho que vale a pena fazer a abertura de uma nova vereda. Vimos aqui para discutir a proposta do nosso companheiro, deputado Gustavo Fruet, para trabalharmos, nós todos: governo, oposição, comércio, indústria, associações comerciais, todos, para fazermos a reconquista daquilo que tiraram do Paraná.

Lembro-me bem, eu era Constituinte, o “lobby” paulista é uma coisa avassaladora! Ela não encontrou resistência, pela influência que tem dentro do País. Aliás, quando há muito tempo atrás eu comecei um projeto de industrialização na minha cidade, que o Carvalhinho conhece bem, muito bem, a argumentação que se fazia era aquela: se a Nação industrializada é forte, se o Estado e no caso do Brasil, o Estado industrializado, que é São Paulo, é forte, porque é que a cidade industrializada também não será forte?

Temos que ver que até agora, na discussão lá em Quebec, se reconheceu a influência dos industriais de São Paulo. Que, na realidade, não estariam querendo a instalação da Alca, logo, logo, porque seus privilégios, vamos dizer, dentro do País, seriam prejudicados. Mas, lá nós vimos isso. O Serra, representante do povo de São Paulo, colocou a posição que levou a este aleijão, vamos dizer, dentro da Federação, que é o que nós estamos constatando. E numa hora em que se discute o problema da retomada destes direitos nossos, vamos dizer assim, a Assembléia se faz, me parece, desinteressada.

É lamentável que isto aconteça, parece que existem aqueles, líder Nereu Moura, que querem só receber ordem. Vi muito isso, na minha vida. Faz-se uma reunião, aí os “caras” participantes da reunião protestam os mais variados assuntos, para se ausentarem dela! “Ó, o que vocês resolverem, contem comigo”. É a maioria bovina. “Vamos lá! Toca para o matadouro!” Eu me rebelo.

Aliás, o presidente está chegando, quero fazer-lhe uma homenagem, porque ele tem tido um comportamento equidistante das paixões que vicejam aqui dentro. Outro dia mesmo me surpreendi, abrindo um jornal, com declaração dele em relação àqueles títulos podres. Uma posição clara, uma posição corajosa, de alguém que está na presidência da Assembléia, mas é um homem que tem suas ligações com o governo, e ele mostrou independência, que precisa ser reconhecida por nós aqui dentro desta Casa. Quero cumprimentá-lo, presidente. E quero cumprimentar a todos: ao Ackel, ao Salomão, ao Fruet, ao Carvalhinho, que estiveram durante todos estes minutos, preciosos, aqui na Assembléia Legislativa.

Eu não faria os questionamentos que tenho em relação à Copel; são desnecessários colocá-los novamente aqui, porque me parece o seguinte: que numa hora em que poderá faltar, verdadeiramente, energia, quem tem energia pode impulsionar o seu desenvolvimento. Pode. E determinar seu caminho. A Copel, nas mãos do poder público, é estratégica. Nós, industriais, os empresários do Paraná, as entidades, os trabalhadores, os sindicatos, todos nós podemos travar essa batalha na direção daquilo que o Fruet está propondo, como outros também já propuseram. Mas nós precisamos pensar muito nesse nosso amanhã. Nós temos energia, podemos subsidiar, por exemplo, programas de recuperação do Norte Pioneiro, ou lá do centro do Paraná. Por que não colocar energia?

Quer dizer, nós falamos, secretário, como político. Não somos especialistas na matéria, mas, por que não subsidiar esse desenvolvimento do Paraná, amanhã? O que é que fazem os americanos em relação à sua agricultura? Eles a subsidiam. O que fizeram aqui no Paraná? Fizeram uma campanha contra o subsídio. Lembro-me de um ministro francês, quando assumi a agricultura, e a França não produzia o trigo que consumia, ele falou para os lavradores, agricultores franceses: “O que vocês precisam: de francos, de dinheiro, por tonelada para produzirem?” “Nós precisamos, disso.” “Então, nós vamos garantir verdadeiramente, isso aí”.

Produzindo ou não produzindo eles receberiam.

Olha, essa iniciativa foi lá há muitos anos atrás, e o que hoje acontece? A França exporta trigo para meio mundo. E por que nós não vamos fazer isso aqui? Será que essa energia nós precisamos vendê-la, obrigatoriamente? Ora nós estamos em uma Federação! As pessoas mudam. Hoje, quem domina a cena política é o presidente Fernando Henrique Cardoso, que conheço bem. Convivi dentro do MDB, e do PMDB com ele, durante décadas. Ele fez uma guinada à direita, isso aí está constatado por todos. Sempre fica muito bravo quando alguém o rotula de neoliberal, mas a sua política é neoliberal. As pessoas mudam. Está aqui o governador do Paraná: Por mim, não venderia a Copel”.

Até quero acreditar nisso. Ele está convencido que é obrigado a vender. No passado ele disse que, na tribuna - mostrei uma entrevista dele - “não vou vender a Copel.”

Hoje está vendendo. Agora, pergunto, presidente Hermas, membros da Mesa, secretário. O ano que vem vamos ter eleição no Brasil. Suponhamos que os detentores do poder hoje, sejam derrotados. Será que chegando lá, por exemplo, em hipótese, Itamar Franco, essas leis continuariam, sendo da maneira que elas estão colocadas hoje?

Os entraves que vossas senhorias e vossas excelências, sempre colocam no caminho da Copel, será que eles permaneceriam? Se, por exemplo, chegando lá na presidência da República, Ciro Gomes, as leis ficariam, dessa maneira? Uma nova correlação de forças pode nascer. Será que chegando à Presidência da República, pois anuncia a sua candidatura, o solteirão Suplicy, será que as coisas ficariam da mesma maneira? Creio que não, as pessoas mudam. Avançam em outras direções.

Então, acho que, o aqodamento talvez, de se vender a Copel hoje, ela traz no seu bojo algumas coisas que, fico até meio confundido, porque o governador Lerner diz aqui: “o dinheiro não vai capitalizar o Fundo Previdenciário.” Então, não sei, eles falam 70%, se bem que na lei está primordialmente.

Essas coisas são mais comentário que estamos fazendo, mas quero reconhecer aqui a importância desse assunto. O governo está aqui. A Assembléia, através de muitos dos seus membros, se fez ausente, mas, a Federação das Indústrias está aqui, o Domakoski teve que se retirar, o Ackel está aqui.

Então, numa grande síntese, é o Paraná que está discutindo esse assunto. Essa tese, Fruet, do ICMS não continuar sendo cobrada lá, onde se verifica o consumo; é uma tese profundamente paranista, interessa a nós. Se bem que não podemos abrir mão também da nossa generosidade, porque quando se fazem as leis, por exemplo, acompanhei muito a constituição dos Fundos de Participação dos Municípios, sempre se procurou através do Sul, rico, vamos dizer assim, beneficiar as áreas mais empobrecidas no Nordeste.

Quer dizer, é um sentimento de solidariedade e a Federação só existe quando os interesses de todos são contemplados.

As leis foram feitas virgens. Elas têm vigor enquanto são boas para toda a sociedade. A sociedade no caso, é a sociedade brasileira.

Essas leis não são boas para o Paraná. Nos compete aqui, todos juntos, fazermos esta caminhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Antes de encerrar ainda, deputado Elio Rusch, e posteriormente o deputado Beraldin, aí vamos passar a palavra para as considerações finais, dos membros da Mesa.

O SR. ELIO RUSCH

Presidente Herma Brandão.

Em primeiro lugar, queremos parabenizar a Vossa Excelência, pela idéia em trazer ao Poder Executivo do Estado do Paraná, um assunto tão palpitante, que interessa a toda sociedade do nosso Estado.

Na verdade, existem muitas distorções em relação à distribuição dos impostos, ou da forma como as leis as regulamentam.

Vamos pegar por exemplo, o FPM. A legislação que regulamenta o FPM, é anterior à Constituição de 88. Naquela época, o que determinava e regulamentava a criação de novos municípios, era uma Lei Complementar Federal.

E a lei complementar federal dizia que o FPM seria distribuído para os municípios, de acordo com o número de habitantes. Que varia então de zero até números redondos, onze mil. E o índice mínimo aplicando a cada município, seria 0.6.

Com a Constituição de 88, deu por poder para as Assembléias Legislativas, para que elas pudessem legislar sobre a criação de novos municípios.

Muito bem! No Paraná, nós instituímos, dentro da Constituição, e criamos uma lei complementar dizendo que os municípios poderiam ser criados com 5.000 habitantes. Porém não se alterou o dispositivo que atribui aos municípios o FPM, ou seja: Fundo de Participação dos Municípios.

Como isso foi uma atribuição do governo federal, e regulamentada por uma lei federal, estava prejudicando muitos municípios no Brasil inteiro. Entendeu daí o governo federal, que deveria corrigir essa distorção. E está atribuindo aos Estados, o FPM, não mais pelos seus municípios, mas pelo número de habitantes em cada Estado, e perdemos, única e exclusivamente, os municípios no Estado, onde a Assembléia queira criar municípios com 5.000 habitantes, 3.000 habitantes.

Felizmente, essa distorção hoje foi corrigida, houve uma alteração no artigo 18 da Constituição Federal, que não permite mais a criação de novos municípios.

E o que é que aconteceu com o Estado do Paraná?

A bem da verdade, da Constituição de 88, e eu quero louvar o deputado Gustavo Fruet por essa sua iniciativa, de apresentar a emenda lá na Constituição, de corrigir exatamente um erro gravíssimo, e a Vossa Excelência, deputado, fico muito feliz, quando disse no início que nós não podemos confundir o ICMS com os royalties.

Os Royalties são uma compensação financeira que os municípios, que o Estado têm, de compensação, pelas terras que foram alagadas, pela produtividade que os municípios, Estados, deixam de produzir, nos seus territórios. O seu pai foi um baluarte, tanto é que seu pai recebeu o título de cidadão honorário na minha cidade de Marechal Cândido Rondon pelo fato de ser autor e defensor desta tese, e ao seu lado direito está sentado o nosso amigo Carvalhinho, que foi senador na época, que pegou debaixo do braço a regulamentação dessa lei no dia 14 de

dezembro, que fez regulamentar para que o Estado do Paraná e os municípios recebessem também os royalties do nosso município.

A questão do ICMS, e o deputado Fernando Ribas Carli praticamente já disse tudo aquilo que eu gostaria de dizer, mas apenas para complementar, se não bastasse a energia que o Estado exporta para os outros Estados, que os outros Estados não repassam para nós paranaenses, o ICMS até 1995, a Cesp que é a maior compradora de energia do Estado do Paraná estava em débito no Paraná e nem pagava energia, e o Paraná, os municípios não recebiam royalties, me lembro muito bem, secretário Salomão, uma viagem que nós fizemos, eu acompanhei Vossa Senhoria, eu, como deputado estadual, mais alguns prefeitos da região lindeira, quando fomos para São Paulo, quando conversamos com o presidente da Cesp que na época era genro do Fernando Henrique Cardoso, e levamos pela preocupação e discutimos exatamente com o governo do Estado a grande vantagem que eles tinham em comprar a energia no Estado do Paraná, que estavam cobrando o ICMS lá no seu Estado e não estavam repassando para nós, e estavam não só não repassando o ICMS, como não estavam pagando a conta; isto é pior.

E um parêntese que temos que abrir também, na verdade. Euclides Scalco, quando assumiu a presidência de Itaipu, ele sim foi o grande coordenador de renegociar a dívida com todas as empresas do Brasil inteiro que estavam comprando do Estado do Paraná a energia elétrica. Naquele tempo, deputado Gustavo Fruet, nós tínhamos uma outra briga aqui na Assembléia Legislativa, que não podíamos concordar jamais que Foz do Iguaçu ou qualquer município no Brasil fosse o único beneficiado no ICMS pelo fato da usina, o fato gerador estava acontecendo aonde se estabelecia a casa de força, porque nós entendemos que uma usina hidrelétrica é um grande complexo industrial e formado por três elementos básicos, a barragem, casa de força e o reservatório. Na ausência de um desses elementos nós não temos energia elétrica.

A energia que nós exportamos para outros Estados que está imune, nós o Estado não se compensa, com o agravante, como disse o Fernando Ribas Carli, os municípios que são sede da casa de força se creditam deste valor, retira de todos os municípios do Paraná e assim todos os municípios de outros Estados onde existem as usinas hidrelétricas.

Fiz um cálculo em 92. Só da energia que o Estado do Paraná estava exportando para outros Estados, em dólares, o Paraná deixava de arrecadar por mês 13 bilhões e 300 mil dólares de ICMS e a nossa compensação era de royalties, 7 milhões e 800 mil.

Quer dizer, era uma grande negociação, não para nós, mas para o Estado do Paraná. Quer dizer, quem errou? Nós? Os deputados federais? O governo na época? Não queremos achar culpados. Pena que os deputados que participaram antes, mas para que fique registrado, na época em que foi aprovada a Constituição, a imunidade no Estado do Paraná, a imunidade no ICMS na exportação

de um Estado para outro, combustíveis, seja líquido ou gasoso, o governador era o Álvaro Dias, o secretário de Finanças era o Haully, hoje deputado federal.

Espero, deputado Gustavo Fruet, que o senhor consiga reunir toda a Bancada do Estado do Paraná, inclusive o Haully que hoje é deputado federal e que era secretário da Fazenda na época em que o Paraná, infelizmente, passou em branco e passou batido por esta questão.

Esta é a colocação que queria fazer e tenha sucesso nesta sua empreitada

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, dado o adiantado da hora, não vou fazer nenhum pronunciamento, a não ser cumprimentar Vossa Excelência por abrir este espaço importante.

Aliás, tem sido um comportamento seu abrir esta Casa para todos os interesses da sociedade paranaense. Evidentemente que esse tema é por demais importante. O deputado Gustavo Fruet o fez com brilhantismo.

Quero cumprimentar e agradecer a presença do secretário Miguel Salomão. Cumprimentar e agradecer também a presença do José Carlos Gomes de Carvalho. Enfim, cumprimentar a todos por esta tarde importante. Tenho certeza, que aqueles deputados que não puderam permanecer durante o período inteiro, estão em seus gabinetes ouvindo.

Acho que temos que aglutinar forças para conseguirmos um intento. Esse intento, com certeza, será a redenção econômica do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passo às considerações finais, deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET

Senhor presidente, também de forma objetiva quero agradecer a oportunidade, reiterar e cumprimentar a iniciativa em transformar a Assembléia em palco de discussão, promovendo temas do maior interesse do Estado do Paraná.

Procurei tomar o cuidado em mostrar que o tema aparentemente simples, mas também complexo pelas vertentes, pela multidisciplinaridade de assuntos que trata, mas sempre procurando deixar claro, que estamos trabalhando um conceito e equilíbrio das unidades federativas, um conceito de justiça para o Paraná, sendo que isso tem muitas variáveis, como a questão da reforma tributária, tão bem colocada pelo secretário Miguel Salomão, quando irá estabelecer a cobrança no destino que, efetivamente, será o grande critério de equilíbrio do País.

Porém, enquanto não houver reforma tributária, enquanto vemos que se estabelece um determinado conceito na Constituição com a cobrança no consumo e se

verifica um casuísmo excepcionando o petróleo e os seus derivados à energia, enquanto se discute a questão macroeconômica no País, as novas matrizes energéticas, é necessário se defender o conceito.

Como bem destacou o deputado Ribas Carli, há certos temas que não são novos.

Esse tema não é novo. Era um tema que estava hibernando. Mas o cenário novo, a realidade econômica do País é outra, as diferenças regionais, algumas modificaram, outras se acentuaram.

A realidade de São Paulo em relação ao tema é diferente da realidade de 88, que fez o então deputado José Serra propor essa inclusão.

Mudam-se os tempos. Mudam-se as vontades. Muda-se a confiança, e na verdade esse tema volta, porque demonstra que vivemos nesse novo contexto, com a possibilidade de sua modificação.

Por isso tomei o cuidado, talvez pela brevidade, sem a didática do professor e, particularmente, com a tranquilidade na exposição, tanto do senador Carvalhinho, quanto do secretário Miguel Salomão, procurando mostrar essas múltiplas faces que o tema apresenta, mas fundamentalmente a contradição no tratamento de determinados temas de exceção, de determinados temas de casuísmo e de determinados temas como são tratados em relação ao Estado do Paraná.

Não crio ilusões. Não será simples esta modificação. Mas a Assembléia toma essa iniciativa sob a coordenação de Vossa Excelência. E tenho a absoluta certeza que esse é um instrumento para galvanizar as lideranças do Paraná a favor de boas causas.

Tenho aprendido e tomo a liberdade para encerrar, como tomou a liberdade o professor Miguel Salomão de também contar uma história, porque tenho aprendido que comunicação não é o que a gente fala; é o que as pessoas entendem. Procurei, efetivamente, talvez com muita brevidade, essas múltiplas faces do tema.

Mas comunicação é o que as pessoas entendem, vou contar, para encerrar, uma história que conheci na última campanha municipal, quando visitava Irati, junto com o Anibelli. Lá um proprietário da rádio, o senhor Nagib comentava que das seis até as sete da manhã ele tem um programa que abre para as pessoas que vão do interior para a cidade, mandarem recados para as suas famílias. E em determinado dia um senhor chamado Estanislau, de um lugar chamado Monjolo que o deputado Waldyr Pugliesi já teve a oportunidade de visitar, foi para Irati ele que era açougueiro, comprar tripa para fazer lingüiça.

Ele estava indo na rádio para avisar o seu filho, que a tripa ia no ônibus das 03:00. Quando ele estava chegando na rádio encontrou seu vizinho, cuja esposa de nome Maria tinha sido operada, e o vizinho pediu para o Estanislau avisar que a Maria estava bem. O Estanislau chegou na rádio e o proprietário, senhor Nagib insistiu com ele: olha, Estanislau seja curto e grosso, porque

temos pouco tempo e muita gente para dar o recado. Deixa comigo...

Agora vai falar o Estanislau, do Monjolo: “- Ói, eu quero dizer o seguinte: a dona Maria foi operada e as tripas seguem no ônibus das 3”.

O SR. JOSÉ CARLOS GOMES DE CARVALHO

Saio reconfortado hoje aqui da Assembléia, primeiro pela forma democrática, direta que se tratou o assunto. Cumprimentar a todos que manifestaram aqui as suas opiniões, os membros da Mesa, os deputados e souu como música ao meu ouvido as declarações do nosso líder da Oposição, meu amigo Waldyr Pugliesi.

Quero te dizer uma coisa, Waldyr: amanhã, na sua cidade de Arapongas, se inaugura mais uma Movelpar. Enquanto vocês estavam aqui, olhando os meus amigos deputados, eu fazia um retrospecto, um filme do que temos feito. Sei que o Waldyr talvez nem tenha sido convidado para a inauguração da Movelpar, mas quero te dizer o seguinte, quero dar uma boa notícia: na sexta-feira passada, você sabe que o grande pólo imobiliário do Paraná era aqui em Curitiba, em São José dos Pinhais. Por isso fizemos aqui o Cetemo, que é o Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Mobiliário. O pólo mudou, mudou e deve muito a você nas tuas gestões como prefeito e posso atestar isso porque muito trabalhamos, nesta área. Então na sexta-feira, transferimos o Cetemo para Arapongas e aqui onde era o Cetemo nós criamos o Cetemetal, porque hoje em Curitiba e na região metropolitana é o Cetemetal.

Por que estou dando este exemplo do Waldyr? Porque quando os municípios e os Estados entendem que os interesses da população são maiores que os interesses de setores ou de querelas políticas, as coisas caminham. Você fez, está lá, por isso se você não estiver lá, amanhã vou falar no teu nome.

Muito obrigado a todos e parabéns ao presidente da Assembléia e aos deputados, que entendem que este assunto é de vital importância para o Paraná.

A você, Gustavo, meus cumprimentos porque você segue na trilha do pai, mas é segunda edição, revista e melhorada.

O SR. MIGUEL SALOMÃO

Obrigado, senhor presidente, a voz está meio acabando, mas vou caprichar aqui, tentar.

Não poderia encerrar sem fazer também o registro que o Carvalhinho fez ao bom clima, aos bons fluidos que senti neste debate. Parece que nós, paranaenses, estamos juntos de novo, talvez nunca tenhamos estado separados. Temos uma causa em comum para compartilhar. Foi preciso este jovem rebento, filho do meu amigo Maurício Fruet, nos unir a todos. Quando digo jovem, não é para tirar o mérito da sua inteligência, da sua aplicação. É, sem dúvida, um parlamentar que honra o Paraná, e não falo isso porque é filho de um amigo meu, falo porque,

como cidadão, sinto que o seu trabalho é um trabalho importante para o Estado.

O deputado Waldyr Pugliesi fez uma análise bastante ampla e de assuntos interessantes que valem a pena. Por exemplo, subsídio. É evidente que temos que subsidiar aquilo que é nosso, porque ninguém vai fazer isso por nós. O que ficou provado, ao longo da história, que o subsídio tem que ter um pagador identificado, quer dizer, no orçamento tenho que separar uma parte dos meus recursos e subsidiar. E até mesmo, deputado, energia elétrica; energia elétrica muda a vida das pessoas, defendo, bravamente que o Estado, mesmo estando totalmente privatizado o setor elétrico, que o Estado destine uma verba para ajudar as famílias de baixa renda a usar a eletricidade.

Só que antes disso, já a Aneel exige hoje, nos contratos de concessão a tarifa social, porque essa é uma regra, no mundo todo. Você diz para o operador: olha, eu te autorizo a gerar energia, distribuir e vender, agora você vai cobrar dos ricos, de quem tem um consumo, na residência, como o Miguel Salomão tem, o meu consumo é de 900 kw, quase um mw/mês, você vai cobrar dele uma tarifa de R\$224,00 por mês, para cobrar daquele que tem até R\$30,00 uma tarifa menor, aí entra o Estado, como entrou o Estado e disse: “Olha, até 30 kw o Estado paga, desconta dos dividendos.”

Isso o governador Jaime Lerner fez há 3 anos, 4 anos. Com a privatização do setor elétrico, isso não muda, o subsídio é importante. Agora, subsidiar a construção de usina, quer dizer colocar o nosso dinheiro que já é escasso, tem tanta coisa para fazer na área da segurança, da saúde, da educação, subsidiarmos o programa elétrico brasileiro, se há capitais hoje, privados, dispostos a investir dinheiro de Fundo de Pensão, que existe no mundo inteiro. É realmente por-mos um dinheiro que é público e que é escasso numa coisa que estará subsidiando a industrialização de outros Estados, já que temos aqui, graças à Itaipu, um superávit.

Quando falo em Itaipu, quero, deputado Elio Rusch, assinar embaixo o que o senhor falou sobre o nosso grande presidente da Itaipu, Euclides Scalco, que foi quem honrou aquela fatura vencida que Mário Covas encontrou.

Mário Covas encontrou uma pendura de um bilhão de dólares de energia elétrica comparada pelas três elétricas paulistas, a SESP, a Eletropaulo, a CPFL e Itaipu. E não pagavam Itaipu. Como não pagavam Itaipu e os royalties é um item da tarifa, nós “micamos”.

Então, quando assumi a Fazenda, realmente havia 120 milhões de dólares, deixados pelo governo anterior, não conseguiu receber. E fomos a São Paulo, o secretário de Energia era o Davi Zibastein e o presidente da CPFL era o André Matarazzo. Lembro-me bem dessa reunião. Mas depois, quem resolveu a parada foi o Euclides Scalco, quando assumiu a Itaipu

e honrou a fatura. Graças a Deus temos um Euclides Scalco no Estado.

Outra questão levantada pelo deputado Pugliesi, com muita propriedade, é a instabilidade do modelo elétrico, se isso muda a política? Se Lula ganha a eleição, o que vai acontecer?

Primeiro, das 27 estatais, 22 foram privatizadas com ágio muito grande, como o País vive num estado de direito, existem tribunais, Corte Constitucional que é o Supremo, é muito difícil alguém... a menos que ele ponha abaixo o estado de direito, que recupere essas empresas e transforme em estatais, sem pagar inclusive o ágio recebido e todo o preço recebido. E pior de tudo seria efetivamente acabar com a possibilidade de qualquer investimento novo, nessa área, por incerteza jurídica, política, patrimonial que seria gerada.

Então, me parece que qualquer que seja aí, tenho certeza que o Lula já demonstrou na sua peregrinação pelo mundo, em vários fóruns onde esteve, a plena consciência da responsabilidade de assumir um contrato social com o mundo, que é a Presidência da República.

Qualquer governo que se eleja, a modernização institucional no País não vai voltar para trás. Isso tenho certeza!

Outro ponto importante que o deputado Pessuti colocou. Deputado, entendi que o governador falou: “Se eu tivesse outra alternativa...” Ele não completou a frase. Outra alternativa para quê? Para salvar a Copel. Ele não venderia. Porque, lendo a reportagem toda, o governador claramente está na mesma linha que estou, que o Ingo está, de que no novo modelo elétrico brasileiro, uma empresa submetida a restrições, de 8.666, e acessar crédito do BNDS, de ter que contratar só com concurso público, está proibida de absorver outras empresas para se tornar competitiva.

Efetivamente, o governador disse: “Se eu tivesse outra alternativa...” Fui professor de português, chama-se eclipse, quando o resto da frase está entendido: “Se eu tivesse outra alternativa para salvar a Copel, para mantê-la competitiva no novo setor elétrico, eu faria.”

Finalmente, o senhor citou uma coisa: “Não vai capitalizar o Parana-previdência?”

Mas, se o senhor ler a frase toda, aí faz sentido, porque o dinheiro vai acabar voltando. Basta olhar para a Parana-previdência que assume a folha de inativos e volta para a saúde, a educação, etc.

Então, se terminar ali a frase, quando ele diz assim: “Não vou capitalizar a Parana-previdência”, fica clara a intenção dele ao dizer isso. O dinheiro vai voltar, porque são 90 milhões a menos que o Tesouro vai pagar de inativos e que terá para investir em educação, etc, etc.

Estou bastante feliz em ter estado aqui e queria dizer que terei imenso prazer em voltar, presidente, sempre que se julgar oportuno no interesse público, para a aprofundarmos várias questões que anotei, mas que,

claro, dado o adiantado da hora, seria um desrespeito abordá-los.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os debates desta tarde foram da mais alta relevância para o esclarecimento do tema. Tenho certeza que todos os que participaram, saíram desta sessão motivados para a defesa do Paraná. Devemos lutar pela revisão da legislação sobre a energia, no marco do paranismo.

Esta Assembléia, ao lado de outras forças e lideranças, se manterá vigilante, até que essa injustiça seja corrigida dentro do quadro maior da Federação brasileira.

Agradecendo a presença de todos, especialmente do nosso secretário de Planejamento, Miguel Salomão, do nosso deputado federal Gustavo Fruet e do presidente da FIEP, José Carlos Gomes de Carvalho, declaramos encerrada esta Sessão Especial.

Muito obrigado.

Levanta-se a sessão.